
005ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 06JUL2016

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Boa noite a todos. Leio o edital: “Audiência Pública com o objetivo de debater acerca da ocupação urbana denominada Lanceiros Negros, localizada na Rua General Câmara nº 352, nesta Capital. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública a ocorrer no dia 06 de julho de 2016, às 19h, no Plenário Otávio Rocha, da Câmara Municipal de Porto Alegre, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 28 de junho de 2016. Ver. Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência: o Ver. Elizandro Sabino, Presidente da CUTHAB; a Ver.^a Jussara Cony; a Ver.^a Fernanda Melchionna; a Dra. Ivana Machado Battaglin, representante do Ministério Público do Estado, Promotora de Justiça; a Dra. Luciana Artus Schneider, representante da Defensoria Pública do Estado; a Dra. Simone Somensi, Procuradora do Município; a Sra. Priscila Voigt, representante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB; a Sra. Elis Regina Gomes, representante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA; a Sra. Jociane Melo do Nascimento, representante dos residentes do prédio localizado na Rua General Câmara, nº 352, Centro Histórico; o Sr. Getúlio Vargas Júnior, representante do Conselho das Cidades; a Sra. Rita Buttes, representante do Comitê de Apoio aos Lanceiros Negros; o Sr. Ezequiel Moraes, representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

O Ver. Elizandro Sabino, Presidente da CUTHAB, está com a palavra.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Senhoras e senhores, de imediato, declaramos aberta esta Audiência Pública, atendendo a um requerimento das Vereadoras Jussara Cony, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, que o subscrevem solicitando, portanto, a realização desta audiência pública para tratar deste tema: ocupação urbana denominada Lanceiros Negros. Nós queremos dar boas-vindas a todos os que estão presentes nesta noite. A CUTHAB é a Comissão de Transporte, Urbanismo e Habitação e tem como integrante a Ver.^a Fernanda Melchionna, entre outros Vereadores. Nós temos recebido

muitas ocupações, temos recebido muitas situações similares a esta que está sendo tratada na noite deste dia, de forma que, com certeza, entendemos que esta Casa, a Casa do Povo, dos debates populares, hoje, mais uma vez, estará protagonizando um momento especial de debate importante no que diz respeito àquilo que é a intenção de cada um dos senhores na noite de hoje. Queremos, então, agradecer a presença de todos os que compõem esta Mesa. Em virtude de uma combinação nossa aqui, eu passo a presidência dos trabalhos à Ver.^a Jussara Cony, que, junto com a Ver.^a Fernanda, estará dando sequência à pauta da noite. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Boa noite a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Eu acho que a saudação do Ver. Elizandro Sabino já coloca a CUTHAB à disposição para que a Câmara dê continuidade às resoluções que nós vamos tirar daqui nesta noite; que a Câmara Municipal de Porto Alegre seja, como tem sido historicamente, parceira para a solução e para a busca daquelas propostas que nós hoje vamos apresentar – todos nós, partícipes aqui, principalmente a ocupação Lanceiros Negros. Eu quero chamar à Mesa o Sr. Jacques Alfonsin, para sentar ao nosso lado, por toda sua história de resgate, de lutas históricas por moradia na cidade de Porto Alegre – esta Mesa não estaria completa sem a sua presença. Quero cumprimentar todos e todas, as autoridades, os convidados, os movimentos, que são representações legítimas tanto das gestões quanto desta Câmara Municipal quanto dos movimentos sociais de luta por moradia, de luta pelas políticas públicas e pelos nossos direitos. Quero, antes de mais nada, dizer, assessorada pelo Diretor Legislativo, que vamos abrir os trabalhos, estamos compondo a Mesa, vamos ter os pronunciamentos de todos os que estão na Mesa, serão dez minutos para o representante do requerente e, depois, pronunciamentos de cinco minutos. A plateia tem direito a dez inscrições, portanto os companheiros e companheiras que desejarem se inscrever podem se dirigir à mesa de inscrição. Uma audiência pública como esta pressupõe a fala dos convidados, a fala dos requerentes e, em seguida, a fala de mais dez partícipes do processo de audiência pública, inscrevendo-se naquela mesa. Os companheiros e companheiras, naturalmente, vão se combinando e vão vendo quem vai falar, os movimentos estão todos representados. Antes de nós falarmos, Fernanda, creio que seja melhor ouvirmos, porque a responsabilidade, o compromisso está posto nesta Mesa, pela Câmara Municipal. Neste momento, estamos eu e a Fernanda como

representantes, a Sofia está chegando, somos as três requerentes. O Ver. Sabino representou a Mesa Diretora e a CUTHAB, que é a Comissão que vai dar, necessariamente, consequência ao processo do nosso trabalho hoje aqui. Creio que podemos começar ouvindo, de acordo com o que já havíamos combinado – combinamos as intervenções antes, junto com o movimento –, depois vamos intercalando.

A Sra. Priscila Voigt, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB, um movimento importantíssimo, sustentáculo desta ocupação, na nossa concepção, importantíssimo para a cidade de Porto Alegre e por nossa luta por moradia e direitos, está com a palavra.

A SRA. PRISCILA VOIGT: Com luta, com garra, a casa sai na marra! Com luta, com garra, a casa sai na marra!! (Palmas.) Boa noite, companheiros, companheiras! Quero saudar todos os moradores da ocupação Lanceiros Negros, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, nossos companheiros diários de luta, de vida, compartilhando aí a resistência há oito meses na ocupação Lanceiros Negros e o nosso cotidiano de trabalho coletivo, de vivência coletiva e de luta não só por moradia digna mas por uma sociedade mais justa, uma sociedade digna, para que todo o nosso povo, os trabalhadores possam viver e usufruir, de fato, daquilo que produzem. Eu queria saudar aqui também as Vereadoras Fernanda Melchionna, Jussara Cony e Sofia Cavedon, Vereadoras que fizeram a solicitação, a pedido do Movimento, desta Audiência Pública. Quero saudar toda a Mesa, os movimentos de luta por moradia, que resistem, e dizer que estar aqui na Câmara de Vereadores hoje, fazendo esta Audiência Pública sobre a ocupação Lanceiros Negros, é muito importante para a gente, porque este espaço, que deveria ser a Casa do Povo, infelizmente, não vem sendo e não vem cumprindo os atributos. São poucos os representantes que, de fato, como as companheiras que estão aqui na Mesa hoje, fazem este movimento de representar e de trazer todo o povo aqui para dentro. Porque, no dia em que os camaradas que estão hoje sentados nestas cadeiras puderem, de fato, escrever as leis e decidir, de fato, os rumos das nossas vidas, aí, sim, a gente vai estar em outro patamar de igualdade. (Palmas.) Porque hoje a gente não pode decidir nem o que a gente come, nem o que a gente veste; a gente não pode decidir onde a gente mora; a gente não pode decidir se o transporte público aumenta ou não, porque esta decisão não passa pelo povo, esta decisão é alheia ao povo.

A gente não opina, a gente não consegue ter voz ativa para que a gente possa decidir, de fato, como vai ser a nossa Cidade. A gente não pode saber onde vai morar, porque o preço do aluguel impede que as famílias trabalhadoras decidam onde vão morar. Isso já marginaliza e segrega as cidades. E, por isso, ocupar este espaço e estar aqui hoje é importante para que a gente possa tirar encaminhamentos concretos do que esta Câmara de Vereadores pode fazer também na defesa da Ocupação Lanceiros Negros, mas não só da Ocupação Lanceiros Negros, também do direito digno à moradia e de todas as ocupações e de todo o povo que luta e que resiste, porque a gente vive um déficit habitacional absurdo no nosso País. São mais de 5 milhões de brasileiros que não têm onde morar. Enquanto isso, há imóveis vazios que seriam suficientes para garantir moradia digna para todo mundo. Não precisaria construir mais nenhuma casa se esses imóveis vazios fossem destinados, de fato, para moradia digna, mas não são, porque quem decide as cidades são os grandes empresários e as grandes empreiteiras, que financiam campanhas eleitorais riquíssimas e decidem onde o nosso povo vai viver. São *shoppings* construídos, são os grandes supermercados, as grandes famílias que decidem onde o nosso povo vai viver. E quem produz as cidades, de fato, não tem a menor escolha, é segregado, é expulso, tem que morar nas vilas, nas favelas, onde não tem saneamento básico, onde não tem escola, onde não tem educação.

E, quando o povo se organiza, toma nas suas mãos o rumo da sua vida e decide onde vai morar, que é o exemplo da Ocupação Lanceiros Negros, que ocupou um prédio público abandonado há mais de dez anos no Centro da Cidade, isso não pode, porque o povo não pode tomar na sua mão a sua vida, porque o povo não pode decidir. É isso que este Estado capitalista, de miséria, impõe ao nosso povo. E, quando a gente decide que vai morar ali, e quando a gente decide propor um projeto para aquele prédio, o Estado não acata e nem faz questão de ler o projeto. Não olha para estas famílias, não conhece quem são as famílias que estão ali na Ocupação Lanceiros Negros, porque, ao Estado, a única coisa que importa é defender a sagrada propriedade privada.

Hoje, o Estado do Rio Grande do Sul disse na nossa audiência de conciliação que tem 6 mil imóveis vazios no Estado e que vai destinar estes imóveis para construir presídios, e vão a leilão, mas não podem destinar um prédio para moradia digna de 70 famílias que hoje, na Ocupação Lanceiros Negros, querem construir uma vida melhor, com direito à saúde, com direito à educação, com uma creche instalada dentro da Ocupação Lanceiros

Negros para que as companheiras possam trabalhar e ter a tranquilidade de ter os seus filhos bem cuidados.

Na Ocupação Lanceiros Negros, nós temos direito à educação, uma biblioteca com mais de 500 exemplares, acesso à cultura, acesso à saúde. A gente tem vivido, estamos inseridos, estamos sendo atendidos pelo Centro de Saúde Santa Marta, no Centro da Cidade.

Os trabalhadores construíram o Centro de Oferta de Serviços Lanceiros Negros, para que os companheiros que trabalham com pintura, com cuidados com crianças possam também divulgar o seu trabalho e se inserir no mercado de trabalho para poder gerar renda para as famílias, para que a gente possa mudar a realidade.

A gente tem construído, em unidade, em conjunto, de forma organizada, coisas que o Poder Público nunca construiu para a gente, coisas que a gente não imaginava que poderiam ser construídas com as nossas próprias mãos, graças à nossa unidade. E a gente construiu um projeto para aquele prédio, um projeto de destinar o prédio da Ocupação Lanceiros Negros para um projeto de casa de acolhimento de outras famílias em risco, em vulnerabilidade social. Para que este projeto se realize, a condição para construir o projeto de casa de acolhimento é que as famílias que hoje habitam a Ocupação Lanceiros Negros inaugurem este projeto de casa de acolhimento sendo garantido que elas sejam inseridas, tenham conquistado as suas casas, com moradia digna, porque a gente sabe que este projeto é uma política de transição, de acolhimento emergencial, para construir vínculo, para construir novas possibilidades, moradia digna, que a pessoa tenha casa própria, tão sonhada, o sonho de cada brasileiro, de ter a sua casa.

Moradia digna não é só um teto e quatro paredes; moradia digna é tudo o que a cidade produz, tudo o que produzimos: saúde, educação, lazer.

A gente quer construir o projeto para que as famílias fiquem na casa de acolhimento enquanto a política habitacional não é construída, que fiquem na casa de acolhimento até que a política habitacional seja implementada e que as chaves das moradias, dos apartamentos sejam entregues. Este projeto tem o intuito de mostrar que a solução da casa para moradia, para o problema de habitação no nosso País não é individual, porque o problema não é individual, é um problema coletivo, é um problema desta sociedade que

vive da exclusão e da miséria, que prefere construir *shoppings*, que prefere construir presídios e que prefere botar a leilão prédios a construir moradias dignas. (Palmas.)

Neste projeto está inclusa a construção e a vivência de uma creche, que já está construída na Ocupação Lanceiros Negros, a inserção no atendimento à saúde, a inserção no espaço de educação. Este projeto foi apresentado para o Estado, e ele simplesmente se negou a minimamente dialogar com a gente sobre ele. Jogou esta responsabilidade, inclusive, na mão do Município, dizendo que só negocia com o Município e não com os movimentos sociais. Mas os movimentos sociais são as forças que movem a sociedade, que constroem de fato as moradias dignas, porque as cidades são construídas com base nas ocupações urbanas. O que é o Morro da Cruz? O que é a Lomba do Pinheiro? O que é a Restinga? São ocupações muito antigas, que o povo teve que resolver com as próprias mãos, o povo teve que resolver o seu problema de habitação. E o Estado se nega a dialogar com os movimentos sociais e joga para o Município, para que ele seja o interlocutor nisso e o propositor dessa casa de acolhimento.

O Município diz que já teve experiência em projeto de casas de abrigo – e por isso que o nome do nosso projeto é casa de acolhimento e não de abrigo – e que não foram boas. Mas não teve experiências boas porque o Estado não teve responsabilidade com as famílias, porque simplesmente as joga nesses lugares, como se não tivessem direito nenhum. E o projeto da Lanceiros Negros é um projeto de inclusão, de construção social, de debate em assembleia, de construção coletiva daquele espaço. E não dá certo por quê? Porque o Estado não se propõe a construir e tratar este projeto de casa de abrigo, de acolhimento, como transitório, de fato, e deixa as famílias por um, dois, três, cinco, dez anos lá dentro. Se é transitório, é transitório.

A gente luta por uma política de habitação efetiva, que destine esses vazios urbanos para moradia. Chega de ter imóveis vazios nas cidades. Esses imóveis vazios têm que ser expropriados e destinados para fins de moradia popular. Já existe regulamentação no Estatuto da Cidade para isso.

O Estado diz que está oneroso, que está cheio de dívidas e que é para pagar as dívidas que vai leiloar os prédios. Por que é que não cobra das grandes fortunas? Por que é que não cobra as isenções e os impostos que não são pagos neste Estado? Chega de colocar no povo pobre e trabalhador a conta desta crise! (Palmas.) Quem tem que pagar são os

ricos que comem, que dormem, que se transportam às nossas custas! Os ricos é que têm que pagar. E a moradia digna vai ser garantida com muita luta e com muita organização! É só assim que a gente vai conquistar: se organizando, lutando! E que estes espaços, como a Câmara de Vereadores, hoje, possam servir como instrumentos a serviço da nossa classe, do nosso povo; que os mandatos sirvam a este propósito: para defender o nosso povo, e não o contrário, como muitas vezes acontece. O Parlamento tem que estar a serviço do nosso povo, e não o povo a serviço do Parlamento! Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Obrigada. Já temos as dez inscrições do nosso plenário. Agradecemos à companheira que nos deu uma visão geral do significado do Lanceiros Negros. A Sra. Jociane Melo do Nascimento, representante dos residentes do prédio, está com a palavra.

A SRA. JOCIANE MELO DO NASCIMENTO: Boa noite a todos. Moro na Ocupação, sou uma Lanceira, com muito orgulho e venho aqui representar todos os moradores, falar um pouquinho de como a gente vive lá, muito bem. A gente vive sem violência. Na periferia, a gente vê violência diariamente. Isso eu não quero mais para os meus filhos. Por isso é que eu resolvi ir para a ocupação; eu tinha que pedir licença para o tráfico para levar meu filho na escola; ali não preciso disso. É a realidade: na periferia é só tráfico, é violência, é droga. E ele fica perguntando. E aí, é isso que ele vai ser? É isso que eu quero para ele? Ser um vendedor de droga o futuro? Não é isso! Ali na ocupação não em isso, ele não vê nada, ele estuda num bom colégio, o colégio tem muro. Na periferia nem muro não tinha. E ele já passou pela experiência de ver o colega ser morto no recreio, com um tiro de bala perdida na cabeça. Uma criança de nove anos já passou por uma experiência dessas! Por quê? Porque não tem muro. Não tem. Não tem como estudar. Aí, chega na adolescência e para de estudar, porque não tem como, a violência toma conta da escola. Aqui não; aqui no Centro ele vive muito bem, ele tem um monte de atividades, eu tenho atividades, todos os moradores de lá têm, a gente vive bem ali na ocupação. Fomos numa audiência e saímos tristes de lá porque o Estado trata a gente como nada. A gente não é nada para eles. Porque eles falaram lá: “A gente quer o prédio!” E nós? E eu e a minha família e mais 69 famílias vamos para onde? Isso ele não falou; ele só disse que quer o prédio. Ele tem seis mil prédios, mas ele quer aquele ali para fazer tudo que ele quiser, até para

morar preso. A gente não pode ter moradia, mas o preso tem. O preso pode, é o direito do preso. O nosso não. E o nosso direito, gente, de ter a moradia digna? Para eu não ver mais o meu filho chegar tremendo, passar por um psicólogo. E o nosso direito de ter uma moradia digna, cadê? A gente vai na audiência e só ouve “não!” A gente é nada; é lixo. Sou eu e mais 69 famílias! Eu tenho dois filhos na ocupação; tem famílias com sete filhos! Para onde vão? Para debaixo da ponte? Ou com R\$ 880 tu vai pagar o teu aluguel? Tu vai manter o teu filho com roupa, com alimento, vai pagar água e luz ainda? Tu vai viver bem? Não vive, gente. Eu já passei necessidade com eles; cansei de passar. Ali eu não passo mais! Eu tenho orgulho de morar ali, tenho orgulho de ser uma lanceira, eu tenho orgulho de criar o meu filho ali! Por isso peço que o Estado não retire esse nosso direito, de os nossos filhos crescerem com a liberdade de crescerem bem. Ele tem esse direito de viver bem; eu tenho esse direito de viver bem, não no meio da violência. E lá na vila é só isso que tem, é polícia matando... Como no dia da reintegração, foram mais de cem policiais para nos tirarem de lá, tinha lá uma criança de três dias, essa criança vai resistir a uma bomba de gás? Vai resistir a um chute da Brigada? Não, morre na hora! Foi isso que a gente viveu naquele dia da reintegração. Eu fiquei responsável pelas crianças, a gente entrava no quarto e saía chorando, porque eles não sabiam o que estava acontecendo; a gente sabia que eles poderiam entrar e machucar eles. E são os nossos filhos! É por isso que a gente está lutando, por eles! É por eles que eu estou lá, é por eles que cada mãe e cada pai estão lá na ocupação. Para eles não saberem mais o que é violência. E naquele dia o Estado mandou eles na violência. Porque quando eles chegam lá, eles não querem saber se é teu filho ou se não é; eles vão chutar quem estiver na frente, eles vão tirar a pau. Eles não querem saber se tu tem pra onde ir, porque tu está ali. “Vai morar na tua com as tuas coisas. Pega a tua trouxa e sai!” É assim que eles lidam com o povo. É isso que a gente não quer mais! A gente tem que ter o direito de morar dignamente, como todos têm. E não são só 70 famílias sem moradia; são milhares de famílias, milhares de mães que choram, no frio, com o filho enrolado num cobertor. Essa é a realidade do pobre. Essa é a realidade que a gente vive. E é isso que a gente não quer mais. A gente está firme ali e a gente vai ficar. Eu espero que o Estado tenha um pouco de consciência e não machuque os nossos filhos, não tentem entrar ali para nos machucar. Conversem com a gente! Tem seis mil prédios. Por que não pode dar um para nós morarmos? É só isso que a gente quer. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Quero registrar a presença do Ver. Marcelo Sgarbossa, que está com a gente firme na luta. Agora, o Sr. Getúlio Vargas Júnior, representando do Conselho das Cidades, está com a palavra. Peço que tu nos dê, por favor, uma visão do Conselho Estadual e do Conselho Nacional em relação a essa questão.

O SR. GETÚLIO VARGAS JÚNIOR: Boa noite. Primeiramente: fora, Temer! Em segundo lugar, eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da Ver.^a Jussara Cony e da Priscila, do MLB, porque entendo que ambas sintetizam tanto a experiência de quem está há muitas décadas lutando pela reforma urbana em Porto Alegre, quanto à juventude do movimento que está se organizando aqui e se organiza com uma ocupação que já é referência no Centro da Cidade, porque faz diversos debates, inclusive um debate muito importante, que é a função social da cidade e da propriedade. Morar no Centro não pode ser um privilégio de alguns, tem que ser um direito de todos e todas. Outra questão importante é que essa Mesa representa como é a luta urbana, professor Jacques, hoje, dirigida principalmente por mulheres, mulheres guerreiras em todos os espaços. E eu falo isso porque a UAMPA está representada por uma mulher; a Presidenta da Conam, que é a entidade que eu represento, tanto no Conselho Nacional das Cidades quanto no Conselho Estadual, também é uma mulher, uma guerreira que está firme e forte na luta pelo desenvolvimento urbano.

O Conselho Nacional das Cidades e o Conselho Estadual das Cidades, do qual sou Vice-Presidente no momento, já fizeram inúmeras manifestações em solidariedade e defesa da ocupação Lanceiros Negros. Teve resolução e documento do Conselho Nacional, teve resolução do Conselho Estadual, e, estranhamente, até hoje a resolução do Conselho Estadual das Cidades, aprovada por consenso, Beto Aguiar – que é do Conselho das Cidades –, Pedro Dias – que é do grupo de trabalho que está tratando também das ocupações e dos conflitos na região metropolitana – não foi publicada. Não foi publicada. Um Conselho tira uma manifestação e essa manifestação não é publicada porque não atende aos anseios do Governo do Estado. Isso nos preocupa muito. Hoje, esta audiência, para nós – do Conselho das Cidades –, o que está sendo debatido é o tema da nossa 6ª Conferência das Cidades, ocorrida no sábado passado, aqui na Casa do

Gaúcho, onde fizemos esse debate: qual é a função social da cidade e da propriedade? O que nós queremos da nossa cidade? Queremos uma cidade mercadoria – onde é mais fácil construir um *shopping* do que uma cooperativa habitacional? Onde é mais fácil construir um loteamento? Ou nós queremos uma cidade cidadã, que ao invés do interesse do lucro privilegie o direito e as pessoas? Temos certeza de que todos estão nesta audiência pública entendem que a cidade não deve ser vista como mercadoria; pode ser vista como oportunidade, mas ela tem que ser vista como direito, tem que ser vista como uma construção coletiva, onde o ator principal não é o dinheiro, mas as pessoas. Essa é a posição do Conselho das Cidades, que a gente tem debatido e construído no último período. E aí a gente vê que o Estado tem um abismo entre o discurso e a prática. Aqui no Estado, desde que o Sartori assumiu, houve um retrocesso bárbaro. Primeiro, porque ele fragmentou mais ainda o debate da política de desenvolvimento urbano, onde se tem a habitação e o saneamento como departamentos de uma Secretaria de Obras; não são nem secretarias. E está aqui, foi Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Era diferente! Tivemos um grande retrocesso! Sobre o morro, o morro é nosso, foi todo um movimento, uma luta construída coletivamente, de onde saiu grupo de trabalho, teve decisão judicial. E na primeira reunião de retomada do morro, como o debate não foi pelo caminho que o Governo Sartori queria, ele simplesmente extinguiu, por decreto, um grupo de trabalho constituído por diversos atores. E só está voltando atrás agora, e com outra conotação, por causa da mobilização e da luta popular.

A Saraí é outro caso. O Ezequiel, que é da Saraí, um prédio particular que não cumpria a sua função social no Centro da Cidade tinha avançado com uma solução – no Governo Tarso – para garantir a moradia daquelas famílias. Foi só o Governo Sartori assumir que tudo o que tinha avançado andou para trás. E aí a gente entende que está na Constituição Estadual que os prédios que não cumprem a sua função social na cidade têm que ser usados para a reforma urbana, e no campo têm que ser usados para a reforma agrária – disposições transitórias da nossa Constituição Estadual. O que nós podemos esperar de cumprimento de acordo de um Governo que não cumpre nem o que está previsto na Constituição, professor Jacques?

Concluindo, quero dizer que o Conselho das Cidades Nacional e o Estadual são parceiros para os próximos embates que a Lanceiros Negros vai ter. Esse espaço aberto na

Câmara é fundamental, mas só o que vai resolver é mobilização e povo na rua. Juntos podemos vencer! Reforma urbana! (Já!) Reforma Urbana! (Já!)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Registro a presença de companheiros que são importantes, somando nesta luta: Isane Mattos, da CTB; Fabiane Pavani, da União Brasileira de Mulheres; Rodrigo, coordenador do cursinho pré-vestibular Emancipa; a presença das companheiras do Movimento de Mulheres Olga Benário; do Movimento Nacional de População em Situação de Rua; Onir Araújo, da Frente Quilombola. (Palmas.) Agora vamos ouvir a companheira Rita Buttes, representante do Comitê de Apoio dos Lanceiros Negros, grande companheira de luta.

A SRA. RITA BUTTES: Boa noite, eu saúdo os moradores da Ocupação Lanceiros Negros, todos os companheiros que estão aqui nos apoiando, e a Mesa, em nome da Ver.^a Jussara Cony. Temos uma apresentação muito rápida aqui do trabalho que o Comitê de Apoio aos Lanceiros Negros tem desenvolvido. O comitê de apoio iniciou as suas atividades no mês de maio deste ano, e tem atuado como um espaço de interlocução entre a sociedade civil e a ocupação. Ele é composto por pessoas físicas e organizações que apóiam, dentro das suas possibilidades, a ocupação. O comitê tem como um dos seus objetivos fazer com que a ocupação se torne um espaço cultural no Centro Histórico de Porto Alegre, promovendo eventos e oficinas, divulgando e apoiando as atividades realizadas pela casa, e compartilhando experiências. Também visa participar de atividades externas à ocupação. Aqui a gente tem algumas atividades que ocorreram no dia 6 de maio, La Digna Rabia contra o despejo da Ocupação Lanceiros Negros; no dia 20 de maio, Kalunga contra o despejo da Ocupação Lanceiros Negros; no dia 22 de maio, Avisem a Shana que Sábado Vai Chover contra o despejo da Lanceiros Negros; no dia 29 de maio, bate-papo de movimentos sociais sobre repressão e ocupação na Lanceiros Negros, e o apoio ao evento da UFRGS contra o golpe; no dia 12 de junho tivemos um bate-papo na Lanceiros Negros sobre a cultura do estupro; no dia 26 de junho um bate-papo sobre a criminalização das ocupações nas escolas secundárias. Todos estão convidados a participar de nossos próximos eventos, lá é um espaço extremamente agradável, onde se respira cultura, solidariedade e muito afeto. Temos, no dia 8 de julho, Dois a Rodar na Ocupação Lanceiros Negros, um show, e no dia 10 de julho também,

uma grande honra para todos nós, A Revolução de Frida Kahlo na Ocupação Lanceiros Negros. Para as atividades, a gente solicita sempre que as pessoas apresentem e nos tragam um quilo de alimentos não perecíveis, leite e fraldas para a nossa creche que está funcionando, que curtam bastante e compartilhem conosco. O comitê é um espaço aberto e de partilha, onde cada apoiador acredita, assim como as famílias da Ocupação Lanceiros Negros, na luta pelo direito à moradia. Todo apoio é bem-vindo, e certamente tudo o que pudermos descrever do que acontece lá é pouco perto do que é aquela experiência, e eu sugiro que as pessoas possam realmente conhecer.

Quero só citar rapidamente as instituições apoiadoras da Ocupação Lanceiros Negros, e que estiveram conosco também para essa audiência, o Sindbancários; a Associação Cultural José Martí do Rio Grande do Sul; o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz - Cebrapaz; o Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Administração Pública - GEDAP; a União Brasileira de Mulheres; a União da Juventude Socialista; a União Nacional dos Estudantes; a União Brasileira de Estudantes Secundaristas; a União Estadual de Estudantes Dr. Juca – UEE Livre/RS; a Una-LGBT; a União de Negros pela Igualdade - Unegro; a Confederação Nacional de Associação de Moradores – Conam; a Federação Gaúcha de Associações de Moradores – Fegam; a União de Associação de Moradores de Porto Alegre – UAMPA; a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; a Nação Hip Hop Brasil; a Nação Hip Hop Brasil Mulher; Observatório das Metrópoles da UFRGS; e Frente Gaúcha de Solidariedade ao Povo Palestino. Era isso. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Passo a palavra ao Ezequiel Moraes, representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

O SR. EZEQUIEL MORAES: Boa noite lutadores e lutadoras!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. EZEQUIEL MORAES: Quando chego aqui na Câmara, a gente faz uma reflexão, e eu acho que o MLB traz isso para nós, já viemos de um longo processo de incansáveis discussões. Se a gente olhar atrás de todo o mundo aqui, a gente vai perceber o que está

em disputa, e vai perceber onde está a Ocupação Lanceiros Negros, onde está a Ocupação Saraí, onde está o debate do Cais do Porto, e agora o processo da 20 de Novembro, mais ao lado. O que eu queria provocar, em relação a essa imagem? Talvez, daqui a alguns anos, essa imagem não esteja mais aqui. Ou essa imagem está em disputa, o processo do visual do Cais do Porto e quem está atrás dele, talvez seja essa a reflexão que a gente precisa fazer. O que eu queria colocar, na realidade, que gente estava pensando ali, é que a gente tem tido, desde 2006, várias ações de vários coletivos, muita população em efervescência no sentido de buscar um novo formato de Cidade, mas a gente tem lutado muito separado. Acho que se a gente unisse realmente as forças – e citei alguns exemplos aqui de algumas ocupações que estão em disputa – mais a pauta do modelo do Cais do Porto, que está em discussão, se nós unificássemos essas lutas, teríamos, com certeza, uma mudança do ponto de vista estratégico de qual modelo de cidade que queremos para Porto Alegre. E aí não basta falar, porque essa disputa se dá na luta. Não adianta termos representação do ponto de vista que tenha um discurso que seja afinado conosco, mas que não tenha respaldo de força política no cotidiano da nossa Cidade. A gente sabe que temos pessoas que aqui dentro lutam sozinhas, sem o mínimo de estrutura, mas precisamos unificar isso lá na rua.

Cito São Paulo como exemplo: São Paulo só tem conseguido avançar do ponto de vista da disputa da Cidade porque conseguiu sintonizar a disputa dentro do espaço parlamentar ou da instituição com a luta de rua. Precisamos elevar esse tom em Porto Alegre, nós, Elias, a Jussara, que a gente brinca que é a eterna guriuzinha, a eterna menina, e demais companheiros que estão aqui, Melchionna e outros, o Sgarbossa que traz outra pauta, para nós, fundamental... Precisamos refletir de que forma nós unificamos, porque o nosso papel – do MLB, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, da Conam, da UAMPA, da Unegro – é voltar para a periferia, é pegar e começar a fazer trabalho de conscientização com a nossa galera, porque essa pauta do Governo do Estado de dizer que quer construir mais presídios, nós sabemos quem vai para dentro do presídio, que é quem está lá na periferia, que são negros e brancos pobres. Hoje, mais uma pauta que se criminaliza, que são as meninas, que na realidade também são extremamente violentadas na periferia por vários setores, não só por aqueles que moram lá. É neste sentido que a gente precisa pactuar, o Queops, a Priscila, que vem trazendo toda essa galera essa pauta de provocação para a Cidade, para nós não tem outra

história, para nós é unir com quem a gente tem que unir, voltar para o Centro da Cidade, fazer uma discussão com mais força com quem está dentro deste Legislativo. Quando a gente fala disso, fala do Governo do Estado, fala da Assembleia Legislativa, falamos também que temos que, cada vez mais, parar de olhar os defeitos dos nossos segmentos, porque se formos observar, vários segmentos têm muita qualidade, e acho que essa qualidade precisa ser hegemônica nesta Cidade.

O que eu queria deixar aqui, enquanto movimento Nacional de Luta pela Moradia, é dizer que nós estamos juntos, sim. Há aqueles que dizem que revitalizar imóvel no Centro da Cidade é muito caro. É mentira, pois sabemos que dentro da Prefeitura de Porto Alegre tem estudos que apontam que uma unidade de moradia lá na Restinga é muito mais cara ou o mesmo valor do que revitalizar um imóvel aqui que está no meio do equipamento e onde vai dar qualidade de vida. E quem vem falar de insegurança na Cidade, a insegurança vai aumentar, e fala aqui para aqueles que não são da nossa classe social: se eles estão usando o meio de achar que repressão vai resolver, a maioria das pessoas que está sendo reprimida não vai segurar a onda e vai se rebelar. O nosso papel é vir aqui para dizer... Não em tom de ameaça, mas de reflexão de quem circula hoje nos becos e na periferia, porque é muito fácil questionar quem é violento, agora, é difícil socializar a Cidade com os demais. Um abraço a todos, muita luta para nós. (Palmas.) Estou indo lá para uma reintegração de posse no Campo Novo e a gente está organizando a galera agora, às 20h30min.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Dando continuidade, a companheira Elis Regina Gomes, da União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA, está com a palavra.

A SRA. ELIS REGINA GOMES: (Canta.): “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga...”

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. ELIS REGINA GOMES: Muito boa a recepção, amei. Gente, eu, como Diretora de Igualdade Racial da UAMPA, moradora com muito orgulho do Assentamento 20 de

Novembro, junto com o companheiro Ezequiel, e com muitos outros guerreiros que aqui estão aqui, saúdo a todos vocês; saúdo a Mesa, em nome da Ver.^a Jussara Cony. Nós sabemos que historicamente nosso povo foi jogado para a periferia, foi jogado, sem direito a nada, foi jogado sem uma vida digna, sem uma preocupação com a nossa vida digna. Nós sabemos quem sofre na periferia; sabemos que somos nós, mulheres negras de luta. Nós, que precisamos dar conta de sustentar os nossos filhos dentro de toda essa violência e com esse salário de fome. Como o Getúlio já disse: “Fora Temer” e “Fora Sartori” e toda a sua corja. Não é possível que nós tenhamos que aceitar esse tipo de coisa hoje. Nós, da UAMPA, negros e negras, brancos pobres, vimos aqui trazer o nosso apoio à ocupação Lanceiros Negros. Nós, da periferia, sabemos, historicamente, da negação da política pública que nos sofremos, da falta de tudo: não temos creche, moradia digna e salários justos. Nós temos mesmo é que estar fadados a pegar um ônibus que não nos representa: lotado, sujo, maltratado e parar lá na periferia. Não, chegou a hora, sim, Lanceiros, de nós estarmos aqui, na Cidade, nós temos o direito de estar aqui. Nós temos o direito de estarmos onde quisermos, e é isso. Contém com a gente, a gente está na luta e nós vamos vencer, sim senhor, esse Sartori dos infernos. (Palmas.)

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Registro a presença da companheira Claudia, do MST, que bom que está aqui com a gente sempre. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nossa companheira e colega aqui da Câmara de Municipal. Cada um de nós, Vereadores, pode ser membro de uma Comissão, ela é da CUTHAB e eu sou da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Com certeza, nesse nosso processo todo, nós vamos ter muita coisa para fazer, CUTHAB e COSMAM juntos, depois a gente dá desdobramento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa noite a todos os companheiros, todas as companheiras, já registramos uma série de entidades, de lutadores, de ativistas que estão presentes na noite de hoje; eu queria lamentar, e pedi para falar antes, intercalando, não antes dos movimentos, porque para nos é fundamental ouvir os requerentes. E a Priscila

junto com a Joceana, trouxe um histórico de oito meses de resistência, de luta, de exercícios reais de direitos do povo. Nós estamos na Capital mais segregada do Brasil, em que o povo pobre e o povo negro foram retirados do Centro da Cidade, jogados para as periferias e para as Regiões Metropolitanas como parte de um processo de segregação espacial; de beneficiamento da especulação imobiliária, construindo espigões, privatizando os espaços públicos, atacando e aumentando o valor dos imóveis para atacar os direitos do povo. E, nesta Cidade, eu queria registrar uma falta aqui, extremamente importante, que precisa ser repudiada por todos nós, a ausência da PGE. A PGE foi convocada para a audiência pública na noite de hoje. A PGE que, em nome do Governo Sartori, entrou com a reintegração de posse contra a Lanceiros Negros, quando, na verdade, podia e devia construir uma política habitacional para a população da nossa Cidade. Poderia construir uma política habitacional para 70 guerreiros e guerreiras que estão lá na Lanceiros Negros, para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, que luta pelo aluguel social, para as 14 Áreas Especiais de Interesse Social, que estão aqui o Oni e a Claudia, e próprio MLB, que nos ajudou muito na aprovação da lei que determinou 14 Áreas Especiais de Interesse Social como destinadas à habitação social, querido Jacques. E a Prefeitura foi à Justiça, para que a nossa lei não vigorasse, atingindo mais de 20 mil famílias, quando esta Câmara aprovou por unanimidade e quando a gente conseguiu derrotar um veto do Prefeito Fortunati, com 19 votos aqui, na Câmara Municipal, mostrando a força da mobilização e da unidade dos movimentos que lutam pelo direito à moradia. Então, nesta conjuntura, nós precisamos repudiar a ausência do Estado, porque um dos meus primeiros encaminhamentos era a retirada imediata da reintegração de posse da Lanceiros Negros como parte de uma exigência ao Governo Sartori, que insiste tratar movimento social como caso de polícia, criminalizando os jovens que ocupam escolas no Estado do Rio Grande do Sul, criminalizando movimentos que lutam pelo “Fora Temer”, criminalizando ativistas, como no caso da Lanceiros Negros que fizeram um raio de vários metros, às 22h, no dia da reintegração de posse com um contingente de brigadianos, que nós não vemos nas ruas da Cidade para ajudar nas políticas de segurança. Mas é fundamental pensar uma nova política de segurança pública, que também passa por uma Brigada que não seja para criminalizar os movimentos a mando do Governo, mas para defender os interesses da população.

Mas, mesmo assim, neste cenário da ausência do Governo Sartori, eu queria fazer alguns encaminhamentos. Nós temos a Defensoria Pública, nós temos o Ministério Público, nós temos a Procuradoria Geral do Município – PGM, e nós precisamos garantir direitos. Nessa luta por garantia de direitos, eu fiz um Pedido de Informação – acho que no início do ano, o Lemes pode lembrar o dia em que nós fizemos – exigindo uma lista: imóveis abandonados no Município de Porto Alegre; imóveis alugados do Município de Porto Alegre de uma maneira discutível, porque a Prefeitura não é uma imobiliária, e se tem terras públicas, elas têm que servir aos interesses públicos, ou seja, aos interesses do povo da nossa Cidade. E mais do que isso, imóveis que estavam alugados por valores irrisórios, menos de R\$ 300, numa zona nobre da cidade de Porto Alegre, como a Av. Sertório, para atender aos interesses do crime organizado, das quadrilhas de desmanche de carros. Nós fizemos um Pedido de Informação oficial para saber quais eram os imóveis alugados, para que se possa fazer um banco de imóveis municipais, garantindo o atendimento de 50 mil famílias inscritas no Minha Casa, Minha Vida, e menos de 2 mil contempladas na cidade de Porto Alegre; para contemplar as 730 comunidades regulares, muitas delas em área de risco, sem políticas habitacionais para garantir o direito dessas famílias à moradia e, por outro lado, a segurança dessa moradia; para atender as famílias e as pessoas em situação de rua, que lutam por uma política habitacional.

Então, quero requerer de público, do Governo Municipal, uma lista dos imóveis municipais em todas as situações que tem matrícula do Município de Porto Alegre. Nós queremos também exigir que haja uma política de exigência ao Governo Sartori em relação a esses 6 mil imóveis do Estado, que estavam abandonados, já conluo, já acabou meu tempo, que eles dizem que vão vender em leilão, quando, na verdade, nós sabemos que muitos poderiam servir à habitação social, inclusive, o prédio que está há dez anos abandonado e que ganhou vida graças à ocupação Lanceiros Negros, para que se possa, sim, instituir um banco de terras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para destinar terras para a habitação social.

Por fim, para nós é fundamental que haja um exercício, uma política do Governo Municipal, não de atender os interesses da especulação imobiliária, como nós estamos vendo; não para fazer força-tarefa para tentar garantir na Justiça que as AEISs não vigorem no Município de Porto Alegre; não para fazer força-tarefa para aumentar o preço da tarifa de ônibus na nossa Cidade; mas uma força-tarefa que atue como mediadora,

garantindo os direitos constitucionais da nossa população. Uma força-tarefa que transforme, junto com o MLB, a ocupação Lanceiros Negros e as entidades e apoiadores do movimento, esse espaço como uma casa de acolhimento, que garanta atendimento às famílias em áreas de risco, com políticas transversais da Prefeitura de Porto Alegre, que nós podemos exigir um posicionamento nesta reunião no que diz respeito à posição do Governo Municipal, mas também encaminhar para o conjunto da Câmara de Vereadores para que haja um projeto nesse sentido que, fortalecido com a luta de vocês, pode, sim, ser aprovado. Mas infelizmente nós estamos em quatro Vereadores, neste momento, cinco que passaram, nós sabemos que é necessária muita mobilização para que, de fato, o povo controle a política, a economia e também o rumo da sua vida, garantindo a habitação, que é um direito da população, mas que não será concedido pelos governos, mas conquistado pelos movimentos, pelos lutadores, pelas lutadoras, pelas mulheres, pelos negros e negras, pelos movimentos sociais e que, certamente, têm o nosso apoio. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Convido a participar da Mesa a nossa terceira requerente, a Ver.^a Sofia Cavedon, que chegue aqui junto com o companheiro, lutador, ex-Prefeito desta Cidade, Raul Pont, que é muito bem-vindo aqui conosco neste momento.

Estão presentes o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária – SAJU e o Sindsepe. O SAJU, que é uma organização de direitos humanos, tem o programa de extensão maior e mais antigo do nosso País - faz tempo mesmo -, da Faculdade de Direito. A Sra. Luciana Artus Schneider, do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária - SAJU, está com a palavra.

A SRA. LUCIANA ARTUS SCHNEIDER: Boa noite a todos e a todas, eu gostaria de cumprimentá-los e cumprimentar todas as autoridades que compõem a Mesa, as Vereadoras, Dra. Ivana, Dr. Jacques, mas eu peço licença para vocês para fazer um cumprimento todo especial, e sintam-se cumprimentados pela Defensoria, em nome da Priscila, da Lanceiros. Eu queria te dizer, Priscila, que as tuas palavras aqui, nesta tribuna, hoje, aqui no púlpito, elas nos inspiram, elas nos motivam para seguirmos na luta, na luta diária pela moradia e pela dignidade. Essa também é a nossa luta. (Palmas.)

Nós estamos aqui hoje para defender a Constituição, para defender os nossos direitos que estão previstos na Constituição. A Constituição traz, para a Defensoria Pública, uma responsabilidade muito grande, imensa. A Constituição diz que nós, Defensores Públicos, somos promotores; nós estamos aqui para promover direitos humanos e para garantir àqueles cidadãos mais hipossuficientes o acesso integral gratuito à Justiça. Nessa linha, a Defensoria do Estado do Rio Grande do Sul tenta atuar em várias frentes. Nós temos, por exemplo, nosso Núcleo da Família, o Núcleo da Saúde e, para defender o direito à moradia, foi criado o Núcleo de Defesa da Moradia. Esse núcleo está aberto para todas as pessoas que lutam por esses direitos, para a sociedade civil, para os movimentos e para todas as instituições que estão nessa luta, as nossas portas estão abertas, para ouvir e para ajudar em tudo que for possível. Não temos medo da luta; o que estiver ao nosso alcance, como instituição, a gente vai fazer. Nesse sentido, e aqui eu trago, de novo, a palavra da Priscila, quando ela diz assim: “Hoje, a gente não pode decidir”. Eu vejo muito isso, Priscila, que as pessoas não se sentem ouvidas, que é o primeiro passo de decidir, de participar, é que elas sejam ouvidas, que alguém sente e dê para elas uma oportunidade de falar. Nesse sentido, com essa vontade, foi criado o Comitê Interinstitucional sobre Conflitos Fundiários Urbanos, numa tentativa de mediação. Com muita dificuldade, conseguimos levar o processo da Lanceiros para lá, para a mesa de negociação. Essa mesa, Priscila e demais Lanceiros, ela não é uma mesa fácil, e a luta pela moradia não é fácil. Vocês sabem muito melhor do que eu isso, mas ela já é uma oportunidade para que a gente possa escutar e falar, e para que a gente possa trazer as nossas demandas. Todos vocês estão convidados a participarem das nossas audiências, e eu sei que o movimento elege sempre um representante para falar, mas eu gostaria que soubessem que todos que comparecerem nas audiências, a qualquer momento, podem ser ouvidos, e a palavra são de vocês. Tomara que tivéssemos mais espaços como esses, não só para discutirmos ocupação, mas para discutirmos critérios de composição do déficit habitacional, para que possamos discutir formas de reabertura do cadastro do Minha Casa Minha Vida, critérios do próprio Minha Casa Minha Vida, que a Defensoria está batalhando por isso, porque a gente entende que hoje os critérios, em Porto Alegre, não são os melhores, os ideais. Esta já é uma Mesa. Conto com vocês, aguardo vocês, as portas da Defensoria estão abertas para todos vocês, e sigamos na luta. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Obrigada, Dra. Luciana. Nós temos agora mais três inscrições antes de passar para o plenário. A Dra. Simone Somensi, Procuradora do Município, depois, a Promotora de Justiça e, após, o Dr. Jacques Afonsim. A Sra. Simone Somensi, Procuradora do Município, está com a palavra.

A SRA. SIMONE SOMENSI: Boa noite a todos vocês, saúdo, em primeiro lugar, a Ver.^a Jussara que está presidindo esta audiência pública e quero, neste momento, cumprimentar todos vocês e agradecer pelo convite de estar aqui, hoje. Minha condição hoje é de representante do Poder Executivo Municipal, eu vim aqui representando, então, o Município de Porto Alegre, não só a Procuradoria, hoje estou aqui como representante do Município, e tenho uma função bem específica nesta audiência pública. Uma audiência pública é realizada para a gente ouvir as demandas. Então, eu estou aqui como um ouvinte do Poder Executivo Municipal e tenho como papel levar todas as demandas depois para dentro do Município e, lá, discuti-las. Por que a Procuradoria está hoje exercendo esse papel? Em função da judicialização da reintegração de posse da Lanceiros Negros. O Município compõe o Comitê Interinstitucional sobre Conflitos Fundiários Urbanos e, nesse contexto do comitê, acompanha esse processo da Lanceiros. O processo foi, como colocado aqui pela Dra. Luciana, para dentro do Cejusc e para dentro da conciliação, e assim a conversa do que se vai fazer em relação a essa ocupação. Alguns encaminhamentos já foram dados via processo judicial. Essas demandas já entraram, formalmente, para o Município, que está analisando essas propostas, como a colocada aqui pela Ver.^a Fernanda, a proposta da casa de acolhimento. Então, isso já está como demanda no Município para ser analisado.

Todo esse movimento de vocês pela reforma urbana tem as portas abertas lá no Município. A gente, como gestor do solo urbano, tem todo interesse do mundo em ouvi-los e poder trabalhar com vocês essas questões todas. Eu falo aqui como uma trabalhadora da regularização fundiária no Município, porque os instrumentos, com os quais eu trabalho hoje, Dr. Jacques, só estão aí porque teve um movimento de reforma lá atrás, que os consolidaram e os disponibilizaram para hoje a gente poder atuar. Então, eu me coloco à disposição, como Procuradora e como representante do Poder Executivo

Municipal, para auxiliá-los, para encaminhar as demandas que surgirem aqui, a partir desta audiência pública. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Obrigada, Procuradora. A Sra. Ivana Machado Battaglin, Promotora de Justiça e representante do Ministério Público do Estado, está com a palavra.

A SRA. IVANA MACHADO BATTAGLIN: Boa noite a todos e a todas; eu, inicialmente, gostaria de dizer que eu tenho hoje, aqui, uma tríplice função. A primeira delas é representar o Procurador-Geral de Justiça, representando a instituição do Ministério Público nesta audiência pública que é tão importante. A segunda delas é me apresentar: sou Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre e também, nesta condição, estou aqui, como defensora dos direitos humanos. Eu não trabalho diretamente nos processos que envolvem essas causas, mas essas causas tratam diretamente dos direitos humanos fundamentais de todos vocês. É por isso que hoje estou aqui para cumprir, então, o terceiro motivo que me traz aqui e o mais importante, que é ouvi-los. Quero ouvir esses relatos e saber exatamente por quem está passando por isso, o que é essa ocupação Lanceiros Negros. Eu cheguei a Porto Alegre há muito pouco tempo e não tenho conhecimento das demandas da Cidade. Eu sou uma nova moradora de Porto Alegre. E vivi 17 anos numa cidade do Interior, como Promotora de Justiça, recém cheguei aqui e sou uma nova moradora desta Cidade, uma Cidade que eu aprendi a gostar e eu gosto muito. Eu tenho esta utopia de uma Cidade para todos. Será que é uma utopia tão difícil assim? Ainda que seja, eu acho que a gente tem que buscar. Então, eu me coloco, primeiramente, à disposição de todos e todas. A minha Promotoria fica na Rua Santana, esquina com a Av. Jerônimo de Ornelas, nº 440, no sétimo andar, que é o andar inteiro dos direitos humanos e está à disposição de vocês todos, de vocês todas, porque isso tem que ser debatido. Mesmo que pareça impossível, o diálogo é a única alternativa decente para isso. Então, eu me coloco à disposição. Ouvindo todas as falas, eu recordei de um trecho que o Saramago escreveu, quando ele tinha um blogue, que se chamava “Cadernos de Saramago”, que tem muito a ver com isto aqui, e diz assim: “Felizmente há palavras para tudo. Felizmente que existem algumas que não se esquecerão de recomendar que quem dá deve dar com as duas mãos para

que em nenhuma delas fique o que a outras deveria pertencer. Assim como a bondade não tem por que se envergonhar de ser bondade, também a justiça não deverá se esquecer de que é, acima de tudo, restituição, restituição de direitos. [que é o que vocês estão pedindo e vocês merecem] Todos eles, começando pelo direito elementar de viver dignamente. Se a mim me mandassem dispor por ordem de precedência a caridade, a justiça e a bondade, daria o primeiro lugar à bondade, o segundo à justiça e o terceiro à caridade. Porque a bondade, por si só, já dispensa a justiça e a caridade, porque a justiça já contém em si caridade suficiente. A caridade é o que resta quando não há bondade e nem justiça”. Por isso, a luta de vocês não merece caridade, não é isso o que vocês querem, não é disso que vocês precisam, vocês precisam de justiça. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Nós vamos dar continuidade, companheiros e companheiras. Ainda falta um da Mesa; depois, a Ver.^a Sofia e eu, em algum momento. Agora, temos as inscrições; depois, eu fecho aqui para sistematizar um pouco tudo o que nós ainda temos de luta pela frente. Agora, nós vamos ouvir um querido companheiro de lutas históricas, um esteio para toda a nossa luta e, sem dúvida, para a Lanceiros também. O Sr. Jacques Alfonsin está com a palavra.

O SR. JACQUES ALFONSIN: Boa noite, gente. Minha saudação à Mesa, na pessoa da Ver.^a Jussara Cony. Eu vim aqui, gente, mais como representante do Conselho Consultivo da ONG Acesso – Cidadania e Direitos Humanos, que participa de grande parte dessas ocupações de terra, tanto no meio rural como no meio urbano. Eu vim aqui para fazer uma pergunta para vocês, para a Mesa, também, especialmente para essas pessoas que lideram esses movimentos populares e que transmitem ao Judiciário as angústias que vocês sentem por terem os seus direitos humanos, fundamentais e sociais violados, como é o caso do direito à moradia. A pergunta é a seguinte: quantas vezes, em todas essas ações possessórias que foram movidas contra multidões pobres, vocês viram alguma sentença, alguma decisão administrativa que tivesse citada a Constituição Federal, no seu art. 1º, parágrafo único, ou no seu art. 182, que diz que a função social não é só da propriedade, mas é da cidade, também? Quantas vezes vocês viram citado o Estatuto da Cidade, que determina que nenhuma remoção pode ser feita sem audiência das pessoas que possam ser vítimas disso? Quantas vezes vocês leram ou ouviram dizer que alguma

decisão citou a Lei Orgânica do Município, que tem um capítulo inteiro sobre política urbana, defendendo o direito à moradia? Quantas vezes vocês chegaram a ouvir a Constituição do Estado, que tem todo um capítulo de política urbana falando sobre isso? E quantas vezes – isso é o mais trágico! –, aquilo que a própria condição de existência do direito de propriedade, que é o direito que mais causa vítimas que não têm terra e nem teto, se fez referência à função social desse direito? Não há um doutrinador sério neste País que não diga que o direito de propriedade só existe na medida em que cumpre essa função

Gente, eu venho aqui para fazer essa pergunta para vocês e para dizer à ocupação Lanceiros Negros que, na audiência do dia 15 de agosto, não deixem essa nova modalidade de conciliação ser devolvida ao juiz de origem. Nós não podemos deixar esgotar um aparelho que foi constituído para que injustiças como essas que são praticadas contra as multidões pobres continuem acontecendo. A Lanceiros Negros tem que dizer, nesta audiência, que, enquanto aquele prédio... Hoje à tarde, o meu companheiro da Acesso, o Júlio Alves, me trouxe aqui oito destinos diferentes que, durante o abandono daquele prédio, no Centro da Cidade, foram discutidos pelo Estado. Nós não podemos esquecer que qualquer espaço urbano ou rural tem uma relação pertença, que é essa do título de propriedade. Bom, o Estado é proprietário daquele imóvel; mas há uma relação muito significativa, que é da sua função social, que é o destino dessa área, e o destino dessa área quem está decidindo é a Lanceiros Negros. Foram eles que, realmente, conquistaram aquele espaço, e, através de um projeto inteiro – conforme já foi denunciado por outros que aqui, nesta exposição, me antecederam –, foi colocado ao Governo do Estado para que ele decidisse a respeito. É uma lástima! Eu acho que não tem ninguém da Procuradoria-Geral do Estado aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Jacques Alfonsin, a Procuradoria do Estado foi convidada, como todos os que estão aqui nesta Mesa. É um dos itens sobre os quais, no final, eu vou fazer um encaminhamento, porque nós, como Câmara Municipal, francamente, achamos um desrespeito a Procuradoria do Estado não estar aqui, já que é um próprio do Estado.

O SR. JACQUES ALFONSIN: A Ver.^a Sofia Cavedon está me chamando a atenção, porque nós temos um Procurador do Estado lá, o “vermelho” – palmas para o “vermelho”! (Risos.) A Ver.^a Sofia também está me assoprando que, se dependesse dele, ele estaria aqui nos apoiando; mas, atualmente, a Procuradoria não tem essa mesma orientação. Eu não quero ocupar demais o tempo de vocês, gente, mas a Acesso está se colocando à disposição da Lanceiros Negros para encaminhar, se as lideranças entenderem necessário, um dossiê de exposição que nós temos elaborado sobre a função social da propriedade, sobre o mau destino que esse imóvel teve até agora, sobre o bom destino que o imóvel está tendo, graças a Lanceiros Negros, e sobre todos os encaminhamentos que, legalmente, são desperdiçados pelas sentenças e pelas decisões administrativas a respeito do nosso direito à moradia. Coragem, povo!

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Aproveito para anunciar também a presença importante da CMP – Central de Movimentos Populares. Terminamos aqui as falas da Mesa; agora, vamos passar para as falas do plenário.

O Sr. Richard Gomes de Campos, do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. RICHARD GOMES DE CAMPOS: Inicialmente, gostaria de saudar a Mesa, Ver.^a Sofia, Ver.^a Fernanda, Ver.^a Jussara e Priscila. Quero dizer que, para mim, causa espanto a ausência de outro ator fundamental neste debate, que é o Departamento Municipal de Educação da cidade de Porto Alegre, afinal de contas, nós sabemos que quem faz a gestão da política em nível municipal na nossa Cidade é esse Departamento. Quero também sinalizar como anos eleitorais são capazes de mudar a forma de conduzir o diálogo de um determinado Município. No ano passado, a Câmara de Vereadores propôs um debate de regularização de algumas áreas de interesse social, e o Município de Porto Alegre lutou – e luta! –, arduamente, para conseguir ganhar na justiça que esse projeto não seja passado. Hoje, estranhamente, a Procuradora do Município – mesmo Município que, há alguns meses, disse que não queria debater a questão da moradia para interesse social para uma parcela da Cidade – diz que esse Município está aberto e disposto a dialogar com as pessoas sobre isso. A gente sabe muito bem o porquê. Infelizmente, em anos eleitorais, os Governos costumam ser mais solidários, pelo menos até as eleições.

Eu quero dizer que acho lastimável a forma como o diálogo com a Lanceiros Negros tem se constituído. Nós temos acompanhado nas redes e nas ruas, também, as mobilizações travadas por essa ocupação e percebemos que, infelizmente, o mesmo Estado que tem um resgate de uma dívida histórica com as populações periféricas do nosso Estado se nega a dialogar com uma comunidade que está ali dizendo que não quer nada mais do que um direito constitucional garantido, que é o direito à moradia. Isso não nos espanta. Assim como a Ver.^a Jussara me apresentou, eu sou militante do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul, e a gente sabe bem para que o Estado funciona. No ano passado, em determinada época do ano, uma série de remoções aconteciam na cidade de Porto Alegre, especialmente na Praça da Matriz, para tirar dos olhos do atual Governo do Estado as pessoas em situação de rua que ali bravamente moravam. Por não terem outros espaços destinados pelo Município de Porto Alegre, foram removidas, com a promessa de um aluguel social, que seria a salvação da vida das pessoas, em que elas teriam, finalmente, o direito à moradia conquistado, ainda que uma moradia transitória. As pessoas aceitaram isso, e, mais uma vez, na nossa Cidade, nós enfrentamos uma triste realidade deste Governo, que, passados alguns meses, ou melhor, desde o início do programa do Aluguel Social, não vem pagando os alugueis, e hoje tem pessoas novamente sendo despejadas e voltando a residir nas ruas da nossa Cidade. Então eu queria, muito brevemente, dizer para a ocupação Lanceiros Negros que, apesar de termos pautas que não são idênticas, há caminhos que nos igualam nas pautas. Que vocês se sintam extremamente apoiados pelo Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul. No que depender de nós, estaremos nas ruas denunciando o descaso do Governo Municipal, o descaso do Governo Estadual e, sobretudo, o descaso de um governo que, ao longo dos últimos anos, não tem feito com que um único programa de moradia, que é o programa Minha Casa, Minha Vida no Município de Porto Alegre, tenha andado. E agora, quando as famílias bravamente decidem ocupar um prédio para dar uma vida digna para os seus filhos e para fazer com que, diferente delas, tenham um futuro com mais esperança, são negligenciadas. Contem conosco. “Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito.”

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): A Sra. Veridiana Farias Machado está com a palavra.

A SRA. VERIDIANA FARIAS MACHADO: Boa noite, gente. Cumprimento a Mesa e todos os lutadores e lutadoras aqui hoje presentes. Quero dizer que trabalho há 15 anos no Município de Porto Alegre com as pessoas adultas em situação de rua, e hoje não me surpreendo que o DEMHAB não esteja aqui. Justamente porque nós temos hoje um comitê de acompanhamento e monitoramento das políticas para as pessoas em situação de rua, onde o DEMHAB só vai para desmentir que os alugueis sociais estão atrasados, quando as pessoas estão sendo ameaçadas de serem despejadas. Só que, ao mesmo tempo, o Vice-Prefeito Sebastião Melo faz a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e o DMLU retirarem as pessoas das ruas, levando todos os seus pertences e colocando no lixo. É assim que são tratadas as pessoas em situação de rua no Município de Porto Alegre, há muito tempo. E quando a gente pergunta sobre a habitação, não existe uma política de habitação para essa parcela, só que eles também não querem ver as pessoas usando a Cidade com o direito de ir e vir, permanecer ou não.

Está passando essa tocha aí que, mais uma vez, traz um gasto para as políticas públicas, uma quantia que deveria ser, sim, investida em políticas públicas e que vai servir para, mais uma vez, higienizar e limpar a Cidade. Em 2014, a gente viu esse filme, tivemos que fazer, sim, uma patrulha de direitos humanos para, minimamente, através do Ministério Público, Defensoria – na época a Promotora Liliane acompanhava, a Alessandra Quines, também da Defensoria –, fazer um guarda-chuva para essas pessoas, através da Comissão de Vereadores e direitos humanos também, e a gente poder fazer com que essas pessoas não sofressem, pior ainda se nós não tivéssemos articulado.

Hoje a gente luta dentro desse comitê. Existia um restaurante popular que estava fechado há mais de dois anos, que a gente conseguiu ir para a luta e fazer abrir, e hoje 600 pessoas conseguem se alimentar de uma forma segura a um preço justo. São trabalhadores desempregados, além das pessoas em situação de rua.

Este Município também disse que fecharia a Escola Porto Alegre, que há 20 anos atende às pessoas em situação de rua neste Município, que foi uma outra luta que a gente venceu através de uma luta política e de uma judicialização. E já temos um terceiro parecer favorável de juiz pelo não fechamento dessa escola, que deveria ser referência e ser multiplicada a partir da metodologia que usa para acolher as pessoas em situação de rua.

Então a gente quer dizer aqui que seguimos essa pauta juntos. A habitação é uma questão, sim, coletiva, pela qual a gente precisa lutar com força e poder dizer que isso é direito constitucional e que nós não deveríamos nem estar lutando. E não queremos também uma habitação que nos coloque para fora, lá para a periferia da Cidade, onde, depois, o transporte público é caro. Nem todo mundo tem dinheiro para pegar um ônibus caro desse jeito, para poder conseguir um emprego, quando a gente sabe que uma casa exige, sim, vários custos e gastos para poder ser mantida.

Então eu, enquanto trabalhadora, apoio o Movimento da População em Situação de Rua, e a gente está aqui hoje dizendo que nós vamos andar nessa caminhada e temos que fazer uma luta muito grande para conseguir conquistar o que é direito e que a gente não está pedindo favor. Deixo aqui, então, o nosso apoio, e seguimos juntos nessa luta.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Obrigada, Veridiana. O Sr. Diogo Silveira dos Santos, da assessoria jurídica da ocupação Lanceiros Negros, está com a palavra.

O SR. DIOGO SILVEIRA DOS SANTOS: Boa noite. Primeiramente eu gostaria de cumprimentar esta Mesa e essa iniciativa da Câmara de Vereadores. Então um cumprimento especial na pessoa das Vereadoras que estão aqui, a Fernanda, a Jussara e a Sofia, porque é de se dizer que esta Casa é protagonista desse debate também, ela é protagonista dessa luta, porque aqui estão os representantes do povo. Em que pese que, lá na audiência, esteja presente o Município através do seu Poder Executivo, a Câmara de Vereadores, na luta das ruas e na luta direta em nome do povo, é a grande protagonista também. E nesse momento, essas famílias todas estão aqui talvez também conclamando a Câmara de Vereadores a abraçar essa causa, a abraçar essa luta, porque nós vivemos hoje em Porto Alegre, como já foi dito aqui em todas as falas anteriores, uma situação muito grave envolvendo déficit habitacional, envolvendo a omissão dos poderes públicos instituídos com relação ao acesso ao direito à moradia. E nesse ponto, todas essas famílias que estão aqui hoje representando a ocupação Lanceiros Negros devem ser cumprimentadas e merecem aplausos, inclusive, de todos aqui presentes, porque essas famílias compraram uma briga que é de toda a sociedade, elas compraram uma luta que é de toda a sociedade gaúcha, de toda a sociedade brasileira, que é assegurar o

direito à moradia, que é cobrar do Estado, através das suas instituições, que ele cumpra essa função social determinante no caso dos seus imóveis públicos.

Aqui, no caso específico da ocupação Lanceiros Negros, ela é simbólica por diversos aspectos. Primeiramente, porque ela representa uma iniciativa, uma luta dessas famílias para exercer aquele que é um direito legítimo seu, é um ato reivindicatório legítimo, que é a reivindicação do direito a uma moradia digna. E nós vivemos num país que, principalmente no que diz respeito a essas populações pobres, restringe demais o exercício dos direitos. Então ocupar e resistir, que tanto essas mulheres, essas crianças, esses homens gritam às portas das ocupações de Porto Alegre, é a ultima trincheira que lhes resta para conseguir conquistar e ter assegurado esse direito, que é um direito tão essencial, tão básico, que é o direito à moradia.

Eu só gostaria de falar brevemente sobre a situação em que se encontra o processo hoje. Para quem não está situado, o processo começou... O edifício onde está a ocupação Lanceiros Negros hoje é um edifício público, que pertence ao Estado do Rio Grande do Sul e que, há cerca de dez anos, está sem nenhuma utilidade. Essas famílias, todas elas residentes em regiões periféricas da Cidade de Porto Alegre, todas em uma situação indiscutível de vulnerabilidade habitacional, tomaram a iniciativa, tiveram a coragem de ser reunir e de ocupar esse espaço, e ocupar esse espaço com um único objetivo: chamar atenção da sociedade para convocar o Estado a cumprir o seu dever, porque o Estado aqui é devedor dessas famílias. Isso é importante que se diga, porque o Estado, diante da ocupação, quando as famílias ocuparam o prédio, não quis negociar num primeiro momento e promoveu uma ação de reintegração de posse, como se aquilo ali se tratasse de uma invasão, como se fosse a invasão de uma propriedade privada, mas não, aquilo é uma ocupação pela qual essas famílias convocam o Estado para que ele venha, saia do seu silêncio, saia da sua inércia e venha pagar o que ele deve a essas famílias. Ele deve moradia digna para essas famílias. Então todo o desafio que se põe agora, no momento em que o Estado judicializou isso, é convencer os poderes públicos instituídos – e aqui temos a representação do Município, a representação da Defensoria Pública, do Ministério Público, lamentavelmente não temos o Estado –, é convencer o Poder Judiciário de que nós não estamos diante de um caso clássico de direito privado, como o Estado chamou de esbulho possessório, de invasão. Nós estamos diante de uma pauta de direito público fundamental. Nós estamos diante de uma pauta de direitos

fundamentais, assegurados no art. 6º da Constituição, assegurados por convenções internacionais. E ocupar, como essas famílias fizeram, esse ato de ocupação, é um ato político, um exercício da democracia direta, o exercício do poder democrático direto dessas famílias. Essas famílias estão dando uma lição de direito para as instituições de Estado, elas estão chamando as instituições do Estado e dizendo: “Vejam, aqui está o Estatuto das Cidades. Esse Estatuto que diz que não é só o Estado dentro de um gabinete que decide o que se faz, como se faz política urbana. Somos nós, as famílias, os cidadãos da cidade de Porto Alegre, que também provocamos o Estado a vir cumprir com o seu dever”.

Então, a situação atual é que, após muita luta, após sofrerem aquela violência terrível que foi aquela tentativa de reintegração, essas famílias conseguiram levar o processo para mesa de mediação, conseguiram fazer com que o Estado, o seu devedor, sentasse diante delas para negociar. Mas a luta está sendo muito dura. Quem assistiu às duas audiências viu que a batalha é dura, e que nós teremos a continuação dela agora no mês de agosto. E por isso fica aqui um apelo – não um apelo meu, como membro da assessoria jurídica, mas como cidadão da cidade de Porto Alegre: que esta Casa com o seu protagonismo e com suas representantes maravilhosas, guerreiras, batalhadoras – a Jussara estava lá, no dia da reintegração, a Fernanda também estava lá –, que esta instituição exerça o seu protagonismo e que abrace essas famílias na luta pela concretização desse direito à moradia. E que o caso da ocupação Lanceiros Negros, tenha um desfecho simbólico como um precedente, de uma mudança nas políticas públicas habitacionais na cidade de Porto Alegre, e quem sabe no Brasil. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Sr. Amélio Castanha de Araújo, da Associação Vila da Paz, está com a palavra.

O SR. AMÉLIO CASTANHA DE ARAÚJO: Eu quero cumprimentar a todas e a todos, cumprimento as Vereadoras Jussara Cony, Fernanda Melchionna e, a guerreira, Sofia Cavedon; as defensoras públicas e a representante da UAMPA. Eu sou um dos representantes da Vila da Paz, que é uma ocupação e hoje faz 16 dias que nós estamos naquele recinto. Vimos aqui para apoiar a Lanceiros Negros e todos os movimentos de ocupação que estão aqui. Nós não vimos para desfazer ninguém.

Eu quero pedir para as defensoras públicas, para a UAMPA, para a Conabe, para os direitos humanos, Ver.^a Jussara, que vão lá dar uma olhada como estão aquelas famílias. Têm 250 famílias, agora, em 16 dias! Nós juntamos gente da rua e demos lugar para eles fazerem as casinhas lá. Aí teve gente que ligou, foi a Brigada, e eu fui conversar com eles, e disse para eles: “Olha, nós vimos aqui com harmonia e não para fazer guerra. O que vocês querem?”. Ele respondeu: “Ligaram para nós”. E eu disse: “Eu quero saber quem ligou para vocês”. Ele falou: “Os moradores daqui ligaram e disseram que era uma confusão”. Eu disse: “Aqui não tem confusão nenhuma. Aqui tudo é pacificamente”. Eles responderam: “Então nós vamos dar quatro dias para vocês levantarem as casas”. Essa invasão é lá na antiga IAP, negócio de adubos, lá na Rua Frederico Mentz, 813, onde uns disseram que era do Detran, a própria polícia disse que era do Detran, do Estado. O que o Estado quer com aquele terreno? Disseram que iam vender para o Ronaldinho Gaúcho fazer um bloco de apartamentos para vender e alugar, enquanto milhares de pessoas vivem embaixo das pontes, embaixo das árvores, passando fome, passando frio e dormindo ao relento. Isso é uma coisa que nós não podemos admitir. Vou pedir para a Defensoria Pública analisar mais isso e dar mais em cima dessa gente, porque eles estão fazendo da pobreza sua escrava. Em 2002, foi feito um cadastramento para o Minha Casa, Minha Vida, ali no CAR Noroeste, foram feitas mais de 2 mil inscrições para o Minha Casa, Minha Vida, e até hoje ninguém foi contemplado com uma moradia. Eu tenho duas filhas também cadastradas que nunca viram nada do DEMHAB. E o aluguel social, tem gente que está sendo despejada na Vila Farrapos, porque não tem dinheiro para pagar. O DEMHAB diz que não tem dinheiro para pagar. Então, por que eles querem tirar o pessoal dali? Querem fazer estacionamento, estão lá as casas que pegaram fogo da Vila Liberdade. Onde estão as casas da Vila Liberdade? Onde está o dinheiro daquelas casas? Eu sou um dos delegados do Orçamento Participativo desde 1999, na gestão do companheiro Raul Pont, quando ele assumiu a Prefeitura, eu fui ser delegado do Orçamento Participativo e não saí mais. Estou brigando até hoje pela moradia de todo o pessoal que não tem casa para morar; e o que ouço da boca dos diretores do DEMHAB? Não tem verba. E aonde que vai o dinheiro que vem do PIEC, dos Estados Unidos? Ninguém sabe aonde vai o dinheiro! A Vila Tio Zeca não era mais para estar lá. Há dez anos, a Tio Zeca deveria ter sido removida, e eles enrolaram, e está lá, e agora veio o DNIT para tirar a Tio Zeca. Mas houve um certo Vereador que entrou lá para atrapalhar

tudo. Então, eles fazem isso aí. E eu peço a compreensão dos senhores, e vou dizer para os Lanceiros Negros: vocês arrumaram mais uma comunidade aliada a vocês para brigar pela moradia. Era só isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Sr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, do Observatório das Metrôpoles, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES: Boa noite a todos e a todas, saúdo os integrantes da Mesa, os lutadores da ocupação Lanceiros Negros. Quero colocar, em primeiro lugar, que o Observatório das Metrôpoles é um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que faz parte de uma rede nacional de pesquisas. Então temos observatórios em quinze metrôpoles brasileiras, e aqui, no nosso núcleo de Porto Alegre, fazem parte pesquisadores da UFRGS, da Fundação de Economia e Estatística, da PUCRS e também do Centro de Direitos Econômicos e Sociais. E a nossa pesquisa, não é uma pesquisa puramente acadêmica, nós sempre pretendemos fazer pesquisa compromissada com os direitos sociais da população brasileira, porque é uma pesquisa financiada pelo Poder Público, por recursos públicos, e, além disso, também a gente trabalha numa perspectiva de estar acompanhando os debates da Cidade. Fizemos, ao longo do processo da Copa do Mundo, debates sobre os impactos dos megaeventos aqui em Porto Alegre, discutimos muito as remoções que aconteceram na Cidade. Estamos agora discutindo também a questão do Cais Mauá, com força, e também estamos apoiando o processo da ocupação Lanceiros Negros. Eu quero dizer que, pelo resultado das nossas pesquisas, já foi dito aqui na Mesa, nós constatamos que Porto Alegre, nos últimos 15 anos tem se tornado uma Cidade mais segregada, mais elitista e com um componente agora mais recente, que é o próprio retrocesso das políticas públicas e das políticas urbanas, favorecendo essa segregação e essa fragmentação da Cidade. Então, diante disso, a gente coloca que as lutas pelo direito à cidade não devem ser somente nas periferias, mas também no Centro, que não precisa ser revitalizado, porque o Centro da cidade está vivo. Se as elites o abandonaram há trinta anos, a população da Região Metropolitana de Porto Alegre e de todo o Estado do Rio Grande do Sul mantém a vida no Centro. É só a gente andar por ele durante o dia e

ver a sua vitalidade. E essa vitalidade é feita pelos setores populares da sociedade. Por isso também, nós apoiamos a moradia no Centro, uma vez que aqui estão os equipamentos públicos, aqui está a vida cultural da Cidade, boa parte da memória histórica, boa parte da identidade da Cidade. E aí nós não colocamos só a questão da ocupação Lanceiros Negros, a gente tem que ter a perspectiva de que existem outras lutas como já foi falado aqui, a Vinte de Novembro, Ocupação Saraí, o próprio assentamento Utopia e Luta, que está num outro patamar dessa luta pela moradia no Centro; e, recentemente, a ocupação Lanceiros Negros. O Observatório das Metrópoles vai continuar no debate, vai continuar apoiando a ocupação, e as nossas pesquisas estão à disposição e os nossos debates estão à disposição. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Sr. Merong Tapurumã, da Ocupação Lanceiros Negros, está com a palavra.

O SR. MERONG TAPURUMÃ: A minha casa é onde está os Lanceiros Negros. Eu quero falar com aqueles não índios, grandes, eu quero mandar um recado para vocês. Há mais de seis meses, nós estamos ali naquele prédio, onde teve muitas transformações de vida e onde muitas famílias estão felizes. Nós sentamos à mesa com vocês para vocês dizerem que cada família deve voltar para o seu local de origem. Eu quero dizer que aquele prédio está muito bem ocupado pelas famílias que estão ali e que nós estamos sendo muito felizes ali. Todos estão felizes, todos estão bem, todos estão com saúde, todos estão bem alimentados. E vocês querem mandar a gente para onde? A minha família vive bem, se alimenta bem, depois de eu estar ali. Eu já dormi na rodoviária de Porto Alegre, já dormi nas praças. E vocês sabem muito bem o que acontece com um indígena quando dorme na praça ou na rodoviária. O Governo, o Estado não toma providência nenhuma! Vocês que estão sentados à mesa, vocês que são os grandes, vocês que mandam, vocês que assinam, vocês dormem bem? Vocês se alimentam bem? Vocês sabem qual é a realidade dos povos, das pessoas que trabalham para sustentar vocês? Da realidade dos indígenas que estão acampados, dos negros que estão na favela e estão morrendo? Enquanto os pais estão trabalhando para pagar o salário de vocês, os filhos deles estão morrendo. Nós queremos uma realidade diferente e nós decidimos que não vamos sair daquele prédio. No dia que teve reintegração de posse,

todos nós pensamos: “O que vai ser da gente?” Mas ninguém pensou em sair dali de dentro. Vocês têm que apresentar uma solução concreta, não adianta vocês falarem bonito para a gente, nós estamos cansados de papel e de palavras bonitas. Nós queremos solução! As coisas no Brasil só funcionam quando são escritas pelo nosso sangue. Desde que o Brasil é Brasil, é derramado sangue de negro, de índio e de pobre. Nós não vamos sair dali. Quantos vocês querem matar? Quantas pessoas, o Estado quer matar? Nós não vamos sair dali porque nós já estamos cansados de sofrer. Se nós estivéssemos no meio do mato, eles já teriam matado mais de meia dúzia de nós. Porque eles são covardes, eles são cretinos, e nós queremos justiça, queremos igualdade social no Brasil. Muitas pessoas vão ver vídeos e vão falar: “O que esse índio quer numa ocupação? Lugar de índio é na aldeia!”. Mas, a nossa aldeia é pelada, não tem rio, não tem caça, não tem peixe. Hoje nós temos que vir para a Cidade para vender artesanato. Sendo que nós somos o primeiro povo a habitar o Brasil e estamos juntos com os negros, estamos junto com os pobres, que são massacrados, pisoteados e nós queremos diferença! Nós não queremos ver papel porque nós não comemos papel. O papel não está resolvendo o problema de ninguém! Nós temos direito, nós somos pessoas, nós somos seres humanos. Lá dentro tem creche funcionando, há alimentação saudável para todo mundo. E o que o Estado nos oferece? Voltar para o lugar de origem? Nós estamos muito bem ali e vamos ficar melhor ainda. Eu estou cansado de ouvir mentira. O Estado tem 6 mil prédios; destinou alguns para leilão, outros para serem presídios, para prender quem? Nossos filhos? Para prender quem? Nós? Ali não tem bandido, não tem traficante. Bandidos são aqueles deputados safados que promovem guerra no Brasil e estão matando o nosso povo! No Rio Grande do Sul, acontecem reuniões de agricultores que usurparam terra dos povos indígenas com deputados, e isso está promovendo uma guerra de sangue para o nosso povo indígena. E a sociedade não conhece isso. O Rio Grande do Sul rouba tudo, não é só dos indígenas não, é dos negros, é dos pobres é da sociedade. Só que essa massa que sai à rua para gritar, acordou para a vida, e quer a diferença. Nós queremos que o Estado seja leal e que fale a verdade, pare de ser mentiroso! Nós estamos muito felizes na ocupação Lanceiros Negros. E eu gostaria de pedir um minuto de silêncio para os povos indígenas que estão morrendo e para os jovens negros que estão sendo assassinados no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Primeiramente, fora, Temer! Digo depois para vocês por que e o que tem a ver com a nossa luta. Meus cumprimentos, Ver.^a Jussara, Ver.^a Fernanda, guerreiras. Eu me senti representada naquela noite trágica porque eu havia caído de cama e não consegui. Só levantei no outro dia ao meio-dia, pois estava muito mal. Acho que essas bravas guerreiras, junto com a resistência que a cidade de Porto Alegre demonstrou, para além das famílias que ali estão, trouxeram uma grande lição para todos nós. Queria cumprimentar a Priscila e, na pessoa da Priscila, todas as representantes da ocupação e dos Governos, das instituições, da Defensoria. E quero ser muito propositiva aqui nesta reunião, porque acho que o diagnóstico do que vive a cidade de Porto Alegre, o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil foi colocado aqui de forma muito contundente. Para dar um exemplo, porque aqui o Sr. Amélio trouxe o tema da liberdade, a linda experiência da Vila da Paz, iniciando num lugar que é símbolo da política que preside e que impera nesta Cidade: todo o favorecimento para a especulação da terra urbana, da riqueza desta Cidade, dos índices construtivos; e o abandono das pessoas que só querem a terra para morar. Lá no Humaitá, a construção da Arena foi favorecida, e também as moradias, aqueles prédios de apartamento ao lado. Todos sabem que foram comercializados mais de mil apartamentos privados, da AOS, e que, lamentavelmente, a Prefeitura de Porto Alegre beneficiou fazendo termos de compromisso isentando-a das obras do entorno da Arena. A política habitacional da Cidade hoje, infelizmente, coloca quase 2 mil pessoas em aluguel social na cidade de Porto Alegre. Sabem o que é isso? Duas mil pessoas; são 1.800 e poucas pessoas em aluguel social que, nesses dias, estava quatro meses atrasado, e as pessoas com risco de despejo, sem política habitacional e sem perspectiva de terem finalmente a sua moradia. Aqui nesta Cidade, nós combatemos muito os eventos da Copa do Mundo, nós, aqui, em todo o País e no mundo, porque infelizmente a gestão da Cidade de Porto Alegre comprovou o que é esse movimento mundial de gentrificação, que é de expulsar as famílias e as pessoas que

ficaram nos Centro, morando nos centros degradados. E, nesta Cidade, se optou por obras, como lá no Cristal, na Cruzeiro, se contratou a obra da Tronco e, até agora, não saiu uma moradia para as 1.500 famílias. Uma moradia! A moradia não era importante, importante era colocar dinheiro e fazer obras e especular com as empresas, enfim, não quero criar outras insinuações.

Então, o que eu quero propor para a Lanceiros Negros, que virou um símbolo? Porque os lindos movimentos de resistência ao golpe no Brasil, que é um golpe, sim, das elites brancas, masculinas, oligárquicas, que retomam o poder neste País a despeito dos erros dos partidos, do nosso Partido, do meu Partido que estava no Governo, que retomam o poder para reduzir, sim, direitos, para retomar os privilégios, para fazer enxugamento do Estado, onde o Estado precisa estar mais presente, e a moradia é uma das políticas públicas que vai sofrer um baque, se nós não revidarmos esse golpe. Ora, uma das lindas caminhadas de resistência ao golpe, com essa consciência, foi aonde? Foi abraçar os Lanceiros Negros, foi passar lá na frente. E vocês sabem disso porque vocês saudaram das janelas da ocupação. E, dessa resistência, que não vai parar, é que nós temos de fazer esta Cidade finalmente considerar e colocar moradia como direito fundamental. A terra de Porto Alegre tem que servir moradia aos seus habitantes, a sua população. Isso está completamente invertido nesta Cidade, contra o Estatuto da Cidade, contra a Constituição brasileira, contra o direito de morar, que está consagrado neste País. Então, eu quero, encaminhar que o Município de Porto Alegre, porque aqui as questões estaduais estão bastante defendidas, mediadas, e temos que continuar fazendo o combate, mas a Câmara pode e deve incidir mais sobre o seu Município. E quero propor à representante do Município, a Dra. Somensi, que o Município de Porto Alegre solicite a cedência do prédio dos Lanceiros Negros para o Município fazer a casa de acolhimento. Um movimento do Município, pedindo a cedência ao Governo do Estado, pode representar, barrar a desocupação e construir o sonho. Que lindo encaminhamento, Priscila, que vocês estão dando àquela casa, porque vocês sabem que ali não resume, não resolve o problema da habitação em Porto Alegre. Precisamos ter política de habitação para as milhares de famílias que esperam na fila, e ali vai ser um esteio, uma passagem, um lugar de geração de força, de política pública para habitação. Estamos juntos nessa batalha e vamos exigir, vamos pedir que o Município faça esse movimento e

assuma esse compromisso junto com todos nós, com a Câmara e com vocês. Parabéns. E, finalmente: fora, Temer!

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Sr. Pedro Dias, do Movimento em Defesa das Ocupações, está com a palavra.

O SR. PEDRO DIAS: Em primeiro lugar, quero dar boa noite a todos e saudar os Lanceiros pela luta histórica que estão fazendo no Centro de Porto Alegre; a Priscila e a todas as mulheres presentes na luta; as Vereadores Jussara, Melchionna, Sofia; a UAMPA, a Defensoria Pública, a todos que estão aqui presentes; as diversas entidades aqui presentes, para dizer que hoje não podemos compactuar, em 2016, com despejos. E o Estado, o Município ou a União que fazem despejo é porque são muito incompetentes. Enquanto milhões e bilhões são dispensados, para os grandes negócios, para os grandes empreendimentos, quando a gente sabe que o custo de uma habitação popular é pequeno, é ínfimo em relação ao que é feito, o que se tem hoje? O Judiciário com uma espada, que, em nome da lei e da justiça, manda despejar as pessoas. Mas que justiça é essa que estamos vivendo hoje? Hoje tudo no Brasil é judicializado. O Estado, que foi feito para gerenciar, para mediar os conflitos, para achar soluções, pois hoje, em primeiro lugar, tem que estar o emprego, depois a saúde, a educação, o bem-estar social, mas o que oferecem às pessoas mais pobres? Nós estivemos, na segunda-feira, numa audiência lá no Cejusc, e ofereceram um prazo para a Restinga sair em novembro – isso não é solução: “Vocês têm que sair até tal dia; vocês têm que ir embora”. Essa Justiça nós já enfrentamos no passado, na época do Leopoldina, do Parque dos Maias, das grandes ocupações de 1987; hoje nós tivemos que enfrentar o Estado. O que fazíamos naquela época, gente? Grandes mesas de negociações com os Prefeitos da Grande Porto Alegre, com a Assembleia Legislativa, com Câmara de Vereadores, com Senadores, com o Judiciário, nós íamos a Brasília. A Prefeitura de Porto Alegre, o DEMHAB, tiveram que comprar e assumir o Leopoldina, e até hoje está pagando para o pessoal morar. Se o pessoal não pagar, desconta da União e depois vai cobrar do morador. O Parque dos Maias, estivemos em Brasília, e estivemos com o Ministro da Justiça, e tem lá 2 mil famílias morando até hoje, porque o DEMHAB, o Britto, venderam até os parafusos do Estado. Tiveram que dar dinheiro para o pessoal estar morando lá

hoje. Está faltando pressão política das ocupações contra os Governos. O Governo foi feito para dar solução, não para gerar mais problema. Como construíram o Estádio Beira-Rio, o Estádio do Grêmio, aqueles milhares de apartamentos ali no bairro Navegantes, da Arena, e onde está o povo hoje? O que sobra para o povo? Como vocês acham que os empresários conseguem os negócios deles? Com pressão, com a organização deles; nós temos que ter a nossa. O Minha Casa, Minha Vida, hoje, em Porto Alegre, é para a Faixa 2, Faixa 3; a Faixa 1 está encalhada, porque as grandes incorporadoras tomaram conta das terras de Porto Alegre, as grandes empresas tomaram conta das terras! O que vimos o Estado oferecer, lá na Fazendinha, no dia 17 de dezembro? Máquinas, operação, 4 mil homens, para botar abaixo, num dia, quarteirões de casas com famílias que estavam morando, como se fosse um temporal, um vendaval – Isso é o que o Estado oferece como solução? Está lá a terra fechada agora, que vale milhões, onde vai sair um empreendimento habitacional. Então, muitas vezes, as ocupações hoje têm servido para fomentar uma área para se tornar um grande negócio, e estão usando o povo como bucha de canhão. Então, o que temos que fazer, Ver.^a Jussara, é a Câmara de Vereadores, a Assembleia, a Casa Civil têm que chamar a responsabilidade do Estado. No Governo passado, nós criamos o GT de conflitos, onde o Vereador foi ameaçado de ser preso; o Secretário de Habitação foi ameaçado de ser preso; o Comandante da Brigada foi ameaçado de ser preso; pela nossa Justiça. Mas que Justiça é essa? Gente, a lei quando não serve tem que ser mudada, tem que ser enterrada; nós não podemos aceitar uma lei que joga o povo na rua. Então, acredito que temos que vetar o Judiciário, não dá para o Judiciário continuar tratando o povo como animais! Existe o direito natural de morar, isso é um direito que temos, e nós vamos exigir do Estado seja de que forma for. E o povo tem que ir para as ruas; e os Lanceiros estão de parabéns por lutar e morar aqui no Centro. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Sr. Queops Damasceno, do Partido Comunista Revolucionário, está com a palavra.

O SR. QUEOPS DAMASCENO: Vou direto às principais questões, porque o tempo é pouco e Sapucaia é grande. Primeiro, queria dizer que o Lanceiros Negros tornou-se um grande deboche com essa sociedade desumana em que a gente vive; ela se tornou um

grande escárnio. Porque nós saímos do nada, não éramos nada, ninguém acreditava em nós, e nós passamos a morar há 200 metros da casa do Governador do Estado, passamos a morar há 300 metros da Prefeitura de Municipal de Porto Alegre, onde o Prefeito e vários dos servidores municipais vão trabalhar todos os dias, e nós, que não tínhamos nada, passamos a ter uma vida extremamente digna. (Palmas.) Passamos a ser um escárnio, porque, diante da ineficiência, diante da insuficiência do Poder Público do Estado, nós construímos uma creche e um berçário que não existem fora da ocupação como política pública, de maneira nenhuma, para acolher os filhos das trabalhadoras, para libertar a mulher da opressão do lar, para fazer com que as mulheres trabalhem, (Palmas.) ganhem o seu próprio dinheiro, não se submetam aos seus maridos. Nós passamos, companheirada, a desafiar o próprio poder da Polícia, essa mesma polícia assassina, vagabunda, comandada por corruptos que acham que combatem o tráfico ao matar os nossos filhos, os negros, pobres, descendentes dos Lanceiros Negros, achando que construindo presídios vão resolver o problema da violência, comandada por governantes tão asnos, tão burros quanto os comandantes dessas polícias, tão vendidos que sabem que são os senadores que comandam o narcotráfico neste País, que sabem que são vários dos deputados federais, o próprio Sr. Aécio Neves, que é um traficante neste País. Esses estão soltos! O Sr. Bolsonaro está solto; o Sr. Heinze, que é representante do colonialismo, que tem assassinado e que vem assassinando os indígenas e os negros no nosso País – estão soltos. Querem resolver o problema colocando os nossos filhos na cadeia. A companheira Marisa teve o filho de 15 anos assassinado nessa guerra, nessa conflagração, e saiu dessa situação para viver na ocupação Lanceiros Negros com a gente. Nós nos demonstramos muito mais inteligentes, esse povo, negro, pobre, maltratado, judiado, demonstrou ter mais inteligência do que essa casta de branquinhos enebados que ocupam os cargos públicos no nosso País. Sabe por quê? Porque propôs o nome para uma ocupação que decide por uma reparação a um crime histórico cometido por este Estado e pelo Império brasileiro, que foi o crime do massacre de Porongos, onde assassinaram 800 negros e nunca pediram desculpa, nunca apresentaram uma política de reparação, nunca fizeram uma casa de acolhimento para receber os nossos filhos a não ser presídios. São, de fato, muito burros, companheirada, não merecem o nosso respeito. E nós ainda nos demonstramos mais inteligentes por nos apoiar na nossa própria história, e resistir a uma reintegração de posse ilegal, resistir a

uma reintegração de posse contrária a todos os acordos e convenções internacionais que eles mesmos assinaram. Eles se desrespeitam, eles não respeitam nem a si mesmos. Coitado! Ser filho de um burguês deve dar vergonha, porque esses pais vão criar essas crianças para repetirem o que eles são, não respeitam nem as leis que assinam, não se dão ao respeito. Nós tivemos aprovada agora uma lei antiterrorismo que diz que nós, eu, a Priscila, somos terroristas – quem é terrorista senão o comandante de uma Brigada que vai para frente daquele prédio passar a noite toda fazendo terror a mais de 40 crianças, às mães dessas crianças. Quem deveria estar preso por terrorismo senão o comandante dessa violência, companheiros? Mas não, não foi o suficiente. Eles foram sem nenhum treinamento prévio, eles nunca treinaram fazer uma reintegração de posse em um prédio público. Isso é ilegal. A polícia não pode atuar sem nenhum treinamento. O único treinamento que eles tinham era para invadir presídios em caso de rebelião, e era o que eles iriam usar contra idosos, contra pessoas com Síndrome de Down, contra crianças, porque são covardes, vagabundos que não merecem novamente o nosso respeito. E nós decidimos defender com a nossa própria vida, colocar a nossa própria vida em jogo, porque, como disse o Merong – e nós temos a fortaleza de ter esse companheiro indígena com a gente –, a nossa história tem sido escrita a sangue. E nós não vamos fugir dessa bela história do nosso povo, nós não vamos renegar todo o sangue derramado pelo nosso povo. Por isso, nós colocamos o nosso sangue à disposição e desafiamos o Governo do Estado, desafiamos a Prefeitura, desafiamos o Poder estabelecido a nos vencer. Fica aqui o desafio: venham, que nós estamos fervendo.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Obrigada, Queops. O Sr. Marcelo Soares, Raiz, Movimento Cidadanista, está com a palavra.

O SR. MARCELO SOARES: Boa noite a todas e a todos. Quero saudar inicialmente as famílias da ocupação Lanceiros Negros, que estão dando um exemplo de resistência, de vida, ali no coração de Porto Alegre há mais de seis meses. Eu sou vizinho praticamente da ocupação, tenho escritório ali perto; todos os dias eu via aquele prédio abandonado há anos, e hoje, realmente, eu sei que ali tem vida, ali tem sido dado um exemplo de como um espaço, um prédio público pode cumprir uma função social. Já temos alguns casos aqui que foram citados, como o da Utopia e Luta, na Av. Borges de Medeiros. Um dos

argumentos da Procuradoria-Geral do Estado é justamente de que ali não é um prédio que possa ser utilizado para moradia. A Utopia e Luta foi uma ocupação num prédio do INSS, e hoje, quem não conhece deve conhecer; ali não apenas se mora, mas ali se tem uma cozinha industrial, oficinas de geração de emprego e renda, o pessoal planta no terraço, ou seja, tudo o que a Lanceiros também poderia fazer. Mas hoje se tem um novo projeto, um projeto digno, que é a questão da Casa do Acolhimento.

Gostaria também de saudar as Vereadoras que tiveram essa iniciativa, e, infelizmente, até em cima muito do que o Queops colocou, do que o Merong colocou, é de se lamentar que aqui só estejam agora estas três Vereadoras. Quantos Vereadores nós temos em Porto Alegre? E não estão aqui para ouvir o povo que os elege e que, infelizmente, está elegendo gente que não está representando os interesses do povo.

Foi citado o nosso companheiro Vermelho, que também é membro da Raiz Movimento Cidadanista. O Vermelho hoje aqui está como membro da Raiz, está como um lutador pelos direitos humanos como ele sempre foi, porque a Procuradoria-Geral do Estado está sob nova direção. A Procuradoria-Geral do Estado hoje não defende os direitos humanos. A Procuradoria-Geral do Estado deu apoio a uma reintegração de posse, como o Queops colocou, totalmente ilegal, por uma tropa destreinada. Temos informação de que, realmente, eles iriam fazer a desocupação da forma como eles entram nos presídios, ali onde moram crianças, idosos...

Temos bem claro hoje que a Lanceiros é um exemplo de luta, de resistência, mas também é um exemplo não apenas da incompetência, como disse o companheiro Pedro aqui. Na verdade esse pessoal não está sendo incompetente, ele está colocando em execução aquelas políticas de classe, uma política contra o povo, uma política contra os direitos humanos. Realmente eles não cumprem nem as leis que eles próprios produzem. Por quê? Na verdade, eles querem manter essa imagem do Centro da Cidade, essa imagem segregada não é para o povo. Não é à toa que o Programa Minha Casa, Minha Vida, que trouxe, sim, alguns avanços na moradia popular. O que o Programa Minha Casa, Minha Vida faz? Joga o povo ou mantém o povo na periferia; não traz para o Centro da Cidade. E gera, assim, especulação de terra também. É o programa que está a serviço das empreiteiras, quem coordena aonde serão feitos os empreendimentos são as empreiteiras, são as empresas; é especulação imobiliária.

Então, acho que a Ver.^a Sofia Cavedon deu uma boa ideia. Acho que temos que aumentar a pressão envolvendo a Assembleia Legislativa. É uma pena que essa não seja uma audiência pública conjunta, Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa. Mas nós temos que fazer essa articulação e aumentar a pressão junto com o Ministério Público, com Defensoria Pública, porque o Governo do Estado, o Poder Executivo já disse claramente o que ele quer: ele quer tirar vocês dali de qualquer jeito. E ele não está aberto à negociação, ele já teve meses para negociar e não negociou. Acho que só a pressão, só a luta das famílias que estão ali, dos movimentos, das organizações que apóiam essa ocupação e também dos poucos Vereadores ou Deputados que temos, comprometidos com esta luta. Na verdade, sabemos que só com luta obtemos conquistas e não podemos esperar nada de um Governo do Estado que está a serviço das elites. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Obrigada, Marcelo. A Sra. Vitória Chaves, DCE/PUCRS, está com a palavra.

A SRA. VITÓRIA CHAVES: Boa noite. Eu queria cumprimentar principalmente as companheiras da ocupação Lanceiros Negros, o companheiro Merong, e, assim, cumprimento todo mundo, inclusive a Mesa. Hoje viemos discutir qual o nosso interesse, e represento aqui também a Unidade Popular pelo Socialismo que, assim como a ocupação Lanceiros Negros, vem construindo uma alternativa popular para a nossa Cidade. Também represento os jovens que, na primeira reintegração de posse da ocupação Lanceiros Negros, ocuparam uma casa do estudante para dizer que as famílias da Lanceiros Negros não iam ser despejadas, e dizendo também que, se for preciso ocupar, a gente vai continuar ocupando as ruas e ocupando outros prédios para defender a ocupação Lanceiros Negros, junto com essas famílias.

A ocupação Lanceiros Negros representa, hoje, para a gente, para a juventude da cidade de Porto Alegre e de todo o Brasil, aquilo que nenhuma política, tanto do Estado quanto do Mendonça Filho, faz pela juventude. A gente sabe de onde vieram os jovens da ocupação Lanceiros Negros: muitos vieram do Morro da Cruz e Lomba do Pinheiro, onde não tem nem escola de ensino médio, onde, como as companheiras falaram, como a Josie falou, os filhos dela são mortos na periferia, onde eles não têm acesso à educação,

à saúde. E no Centro da Cidade eles têm; no Centro da Cidade eles conseguiram se mobilizar, inclusive ocupar as escolas, porque agora eles têm onde estudar, coisa que não tinham antes.

Então, essa ocupação representa uma resistência, a resistência das mulheres, da juventude, da periferia. Ela representa aquilo que o Estado nunca fez; ela representa uma mobilização que a cidade de Porto Alegre nunca viu acontecer antes dessa ocupação; ela representa uma transformação, uma coragem e uma resistência que mobilizou a Cidade para dizer que uma reintegração de posse como aquela que foi planejada da última vez é extremamente violenta, porque botar tropa de choque para despejar jovens, crianças, mulheres, negros, indígenas, isso, sim, é golpe. Isso é o que o Estado faz com a gente todos os dias e queria fazer naquela ocupação, dizendo que a gente não tem direito de ocupar o Centro da Cidade, dizendo que as mulheres não têm o direito de ter uma creche e escola para os seus filhos, para elas poderem trabalhar, e trabalhar no Centro, com dignidade. Uma companheira, em uma reunião de negociação, me disse: “Sabe o que eu disse para eles, companheira? Vocês estão aí do outro lado, enquanto a gente limpa o chão de vocês, enquanto a gente serve o café que vocês tomam, por isso vocês dormem com as cabeças tranquilas por oprimir o povo, por oprimir a juventude, por oprimir os nossos filhos, que têm que empacotar as compras que vocês fazem no mercado.” E é esse o lugar que eles querem destinar para a gente. A ocupação quer dizer que não, a ocupação Lanceiros Negros existe justamente porque a gente sabe que é o povo unido, é juventude, são as mulheres que podem se mudar e transformar a realidade.

E é isso que a gente vem fazendo com a união de todos esses movimentos, com esse apoio, com o próprio comitê como a Rita apresentou, é transformar a sociedade. É mostrar que a gente consegue, sim, a gente vê na cara de cada companheiro e de cada companheira que está aqui nesta noite a esperança que essa luta acendeu na nossa vida, a esperança de uma educação melhor que acendeu na cara de cada companheiro e de cada jovem que está aqui hoje. Dizer que a gente não vai voltar para aquela periferia que não tem escola, que não tem saúde, que os postos de saúde fecham às 15h, como na comunidade em que moro, por conta do toque de recolher do tráfico de drogas. A gente diz que a ocupação Lanceiros Negros é a nossa casa, é casa todo cidadão, de toda mulher, de todo jovem que quer dizer não a opressão, que quer dizer que a classe unida,

que a classe jovem, que a classe dos trabalhadores pode, sim, construir o seu futuro, pode construir uma unidade para lutar pelos seus direitos.

Eu acho que esta noite é muito emocionante ao olharmos, principalmente, essas crianças aqui. Eu estava olhando e brincando com elas e pensando em cada reintegração, cada processo, cada coisa que acontece na ocupação e que eles observam e veem, porque eles falaram na última reintegração para gente, e falaram para as companheiras “mãe, pai, eles querem tirar a gente; eles querem nos botar na rua”. E a gente está aqui para dizer que essas crianças vão crescer com dignidade, elas vão ter um futuro melhor, elas vão ter uma educação melhor do que a que eu tive, elas vão ter mais acesso à educação, elas vão ter mais política pública, porque elas constroem a luta com seus pais todos os dias! Porque elas não vão crescer numa sociedade em cima de uma opressão, elas estão lutando todo o dia para construir uma sociedade melhor. E é isso que fazemos a partir da ocupação e a partir da construção da unidade popular. Nós estamos dizendo que cada criança que está na barriga da cada companheira e cada criança que está aqui hoje, com um ano de idade, vai estar no Centro da Cidade, vai morar com dignidade, vai conviver com os irmãos, que não vão morrer na periferia por conta do tráfico de drogas. Não vai ser o tráfico que vai conquistar a juventude; vai ser, sim, a luta. Vai ser a construção de uma sociedade melhor, vai ser a luta pela moradia, pela educação, vai ser a resistência que vai nos cooptar e fazer com que nos engajemos cada vez mais na construção do nosso futuro. Nós não vamos escalar, se for preciso, vamos continuar ocupando, a juventude vai ocupar mais prédios para defender a Lanceiros deles.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Obrigada. A Sra. Cláudia, do MTST, está com a palavra.

A SRA. CLÁUDIA: Boa noite, companheirada, Mesa; quero saudar a Ver.^a Fernanda, Ver.^a Sofia e Ver.^a Jussara, que chamaram esta audiência pública; a Simone, representando aqui a Prefeitura, é importante a presença dela, e é uma pena que não esteja aqui o Governo do Estado. Queria saudar, primeiro, as mulheres e homens da Lanceiros Negros, que tiveram a coragem de sair das suas casas e deixar para trás essa maldita lista, que é onde colocam todo mundo que quer lutar por moradia nesta Cidade. Tudo o que nos dizem em todas as audiências públicas, reuniões do Cejusc, do Ministério

Público, da Defensoria Pública é que existe uma lista de 54 mil pessoas esperando por uma moradia na Cidade, e esse é o lugar que querem nos colocar. Vocês tiveram coragem de deixar o conforto das suas casas, as suas crianças e se colocarem em risco. Sim, é um risco ocupar, é um risco ir lá enfrentar todo esse discurso que querem colocar na nossa cabeça de que, se nós não conquistamos a nossa casa ainda, é porque nós não trabalhamos o suficiente. E nós queremos dizer que não, que nós somos trabalhadores e trabalhadoras desta Cidade, que construíram, com o suor do seu trabalho, cada rua, cada esquina, cada prédio, e que ela está de pé, hoje, pelo nosso trabalho. Todos nós somos trabalhadores e lutamos pela nossa moradia através do nosso trabalho também.

O Sartori trata a questão da moradia como uma questão de polícia, e eu acho que o Queops deixou muito claro isso aqui e ficou muita clara a forma com que o Sartori tem tratado a questão da moradia. Em nível de legislação, nós sabemos que a regulação do solo é dever do Município, nós sabemos que o maior aporte de recursos para a moradia, nos últimos nove anos, tem vindo do Governo Federal. Mas não é por isso que o Estado do Rio Grande do Sul tem que se isentar da tarefa de dar solução para esse problema também junto com o Município e com o Estado. É muito triste saber que – e nós conversávamos sobre isso na semana passada – não só o Município não tem conseguido dar solução para os problemas de moradia desta Cidade, como o Governo Federal também não. A cidade de Porto Alegre passa, há mais de cinco anos, por uma política de remoção forçada; são mais de 6 mil pessoas que foram retiradas das suas casas para dar lugar às obras da Copa, e todas as unidades que foram ofertadas até agora, para zero a um salário mínimo, são unidades para contemplar essa política de remoção que tem sido promovida pela Prefeitura. No ano passado também, a exemplo de uma política de remoção, queriam remover a EPA para fazer uma creche, uma escola infantil. Está aí a grande oportunidade de fazer uma baita escola infantil! Aliás, nem a Prefeitura precisa fazer, a Lanceiros Negros já fez, já está funcionando o berçário, já está funcionando a creche, aquele prédio tem que servir para isso também, e não à EPA.

Então, eu quero fazer coro aqui à proposta da Ver.^a Fernanda Melchionna e da Ver.^a Sofia Cavedon, que colocaram a responsabilidade de o Município chamar para si a questão de resolver esse problema. E acho que esse prédio não deve servir só para políticas que são de interesse da FASC, como atender aos moradores de rua, mas também deve atender aos pais das crianças do centro da Cidade que não têm hoje onde deixar seus filhos. Mas

mais que isso, eu acho que o MTST vem hoje se solidarizar ao MLB, que é um movimento que tem feito muita luta conosco, não só no Rio Grande do Sul, mas em outros Estados. Nós construímos, juntos, a Frente Povo sem Medo, que é uma frente que se organiza em nível nacional, que tem, sim, por objetivo combater e barrar o avanço conservador neste País, barrar e combater esse golpe nojento que foi feito neste País. E acho que a nossa tarefa é engordar as fileiras nesta Cidade para que consigamos fazer mais e mais lutas e conseguir pautar a questão da moradia com uma política habitacional de fato nesta Cidade. Então, em nome da Priscila, do Queops, da Nana, do Luciano, de todos os grandes lutadores e lutadoras que estão aqui hoje, quero dizer que MTST se coloca ao lado de vocês para lutar pela moradia não só da Lanceiros Negros, mas de todos os Sem tetos desta Cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Companheiros, companheiras, em primeiro lugar, quero agradecer em nome de nós três que estamos aqui, a Fernanda, a Sofia e eu, que nos sentimos representando esta Casa, porque esta audiência pública foi aprovada na Mesa Diretora, na reunião de Líderes, esteve aqui o Presidente da CUTHAB para fazer a abertura, em nome da Mesa Diretora. Por que eu estou dizendo isso neste momento? Exatamente para resgatar uma das propostas, porque nós temos que sair daqui em função dos desdobramentos depois de tudo que nós estabelecemos e conversamos aqui. Acho que aqui é uma aula de cidadania, de dignidade e de solidariedade. Então, esta Câmara Municipal não vai poder deixar, a partir deste momento, esta audiência pública – e para isso servem as audiências públicas – de estar inserida, absolutamente inserida em todo esse processo para buscar as soluções que, inclusive, a Lanceiros Negros já está colocando à disposição, com esse processo de luta, dos tais entes federados – aí entram União, Estado e Município. Nós temos que pensar políticas de transversalidades, e nessa visão de que o Estado, como ente público, cumpra o seu papel.

Eu entrei, companheiros, há 33 anos, como primeira vez, Vereadora nesta Casa. Acho que não existe ocupação da cidade de Porto Alegre de que não tivesse participado. Não tenho muito tempo aqui para lembrar alguns companheiros homens, mas eles sempre vão estar na minha memória, desta Casa, num outro tempo histórico, para a garantia da dignidade da moradia. Nunca, em nenhum momento, sem a unidade, a amplitude e a luta do povo, nós não teríamos vitórias. Hoje há uma série de ocupações daquela época que

pertencem ao povo que lutou, que ocupou. E a polícia não mudou, pelo contrário, se agravou ainda mais. Porque o que tu disseste ali é o que ia acontecer, eu conheço bem essa polícia, eu venho de ditadura militar e venho desse processo. Ali não seria uma desocupação. O mesmo Estado que não cumpre o seu papel na função social da terra e da propriedade – e tem que começar pela propriedade pública para poder cumprir também e exigir a função social da terra para a propriedade privada – é o Estado capitalista, é o Estado que se mune de aparatos e trena para a opressão daqueles que são os verdadeiros construtores do próprio Estado, que são os trabalhadores. Então, felizmente, se conseguiu, naquela madrugada fria, através dos advogados, com seu belo trabalho e a luta popular. Os advogados têm que ser sempre saudados, porque fazem parte, não é por acaso. E eu sempre faço a minha saudação ao Jacques Alfonsin – esse veio de longe –, e, hoje, há mais jovens advogados fazendo isso, o que é muito importante. O depoimento do advogado de vocês ali foi estratégico. Eu, por exemplo, não saberia trabalhar aqui sem aquele advogado que está ali, e estava lá naquele dia, pronto para o que desse e viesse. Naquele dia, se não tivesse, primeiro, a coragem de vocês e aquele momento de terminar com aquela ordem judicial pedida pelo Estado, ia ser uma tragédia, companheiros, ia ser uma tragédia dos dias atuais, que não são bons dias. Mas eu acho que essa luta aqui revigora a todos nós. Dessa audiência do dia 15 de agosto, esta Câmara Municipal vai fazer parte! E não vai fazer parte e não pode fazer parte só com as três Vereadoras! Nós somos estratégicas, sim, e somos mulheres de luta! Não basta também ser mulher – e as mulheres da Lanceiros sabem disso: tem que ter luta, tem que ter história, tem que saber o rumo e o lado que está. Nós três vamos forçar a que isso aconteça na política, na política ampla, na política necessária que tenha que ser feita num Poder Legislativo. O que a Sofia colocou sobre o ponto de vista de Porto Alegre é uma das propostas que temos que levar: tomar para si. E já vamos ver como fazer aqui e encaminhar. Muitas vezes, fazemos uns pedidos, umas coisas, encaminhamos, nós sabemos mais ou menos como fazer, e vamos fazer juntas. Por exemplo, o Município: a Justiça solicitou ao DEMHAB que fizesse o cadastro dos moradores – é o papel do DEMHAB, tem que fazer. O Município está aqui através da PGM, o Estado não apareceu. Eu creio que uma das propostas que temos que tirar daqui, a Câmara Municipal, é exatamente cobrar do Estado, a não presença do Estado, quando é um próprio do Estado. O Estado está presente para bater, para oprimir, mas está ausente para cumprir o

seu papel da função social da propriedade e da terra. Bom, os moradores, a Lanceiros Negros, para todos nós – é essa concepção que eu tenho, eu tenho anos dessas lutas – é uma dádiva que estão dando para este Estado burguês. Estado burguês é Estado burguês, nós sabemos disso, mas temos que forçar esta barra de como se faz políticas públicas para garantir a cidadania de todos.

O exemplo da creche, da biblioteca, da brinquedoteca, tudo isso que vocês estão fazendo – a Rita colocou várias questões –, está ampliando com os movimentos sociais, ampliando com as forças políticas. Aquilo ali é exemplo de como fazer, essa ideia da proposta da casa de passagem é de vocês – não é de ninguém, é de vocês! Por que não aproveitar? Por que não colocar a sabedoria popular, a sabedoria tradicional inclusive? Aqui, por exemplo, quando o Merong Tapurumã falou, para mim ele trouxe a ancestralidade lá da minha bisavó guarani, porque os primeiros que ocuparam o lago Guaíba foram os guaranis – foram dizimados! Foram os primeiros ocupantes! Ali onde a Lanceiros Negros estão, estava o povo guarani, o primeiro que ocupou há 2 mil anos – foram exterminados! Ele traz a ancestralidade aqui para todos nós. Isso não é pouca coisa, assim como os companheiros, negros e negras, a Elis, por exemplo, traz a ancestralidade do povo negro, desrespeitado na essência daquilo que é a maior riqueza da Nação brasileira: a nossa diversidade humana e cultural. Isso não interessa ao capitalismo, mas nos interessa porque não queremos mais continuar sob o seu jugo. E de passo em passo vamos conseguir construir um dia uma outra sociedade. Eu quero, companheiros, dizer que a Câmara vai participar, fazer também encaminhamentos que vocês trouxeram, que acho muito importante – já resgatei o da Sofia, bem como os que vocês e a Fernanda trouxeram. Nós vamos entrar em contato com a Assembleia Legislativa, porque como é um próprio do Estado, a Assembleia tem que estar junto. Então, se precisar fazer uma audiência em conjunto, vamos fazer.

Todos encaminhamentos; a questão dos Municípios, chamar para si; por fim, a Câmara vai estar presente nesta mesa de negociação. Lá vão ter que estar a Lanceiros e os movimentos sociais. Não pode se negar entrada para os movimentos sociais aqui representados para participarem da mesa de negociação; têm que estar presente os movimentos sociais! Isso a gente conquista sob o ponto de vista de entenderem ou na marra, porque não pode sair audiência sem a participação do movimento social, sem a participação da Lanceiros, mas com esse apoio incondicional que precisamos, porque é

uma luta de política de Estado, de um Governo que está desmontando as políticas, construídas pelo povo, inclusive.

Vou solicitar as notas taquigráficas para termos a realidade de toda essa reunião, proposta por proposta, negociação com o Ministério Público e Justiça – para essa negociação, inclusive. Por fim, queria dizer, Merong Tapurumã, que essa é a solução mesmo que nós precisamos para isso e para muito mais coisas. E isso que nós vamos fazer aqui; isso que vocês estão fazendo, que nós vamos fazer junto, sem dúvida nenhuma, é busca de soluções também para muitas outras coisas.

Eu tenho um sonho, gente, para Porto Alegre. Eu acho que nós temos... Nós vamos querer também um levantamento dos prédios públicos da cidade de Porto Alegre. Essa é a proposta que quero firmar também com vocês. Prédios da União, do Estado e do Município, porque se este prédio é do Estado, a Cidade é Porto Alegre. E nós não podemos nos furtar. Por que eu quero? Porque nós temos... O companheiro falou da vitalidade do Centro de Porto Alegre, é isso, não é revitalizar – ele tem a sua vitalidade, por quê? Porque se nós pensarmos, no Centro o que têm de prédios desocupados, o que têm de espaços, e o trabalhador indo lá, 40 quilômetros, cada vez mais empurrado para as periferias. Aí, depois, dizem: e a mobilidade urbana, o saneamento? Aí, temos que pensar na reforma urbana como um todo, por quê? Porque nesses prédios, inclusive para políticas públicas... Companheiros, é no Centro de Porto Alegre que tem a maior produção de lixo seco, que pode se transformar em uma política de resíduo sólido, envolvendo União, Estado e Municípios, se o Município assumir, de garantir cadeia produtiva, geradora de emprego e renda, de artesanato, uma cadeia produtiva para nós, moradores do Centro da Cidade. Mas, para isso, esse Centro tem que ser ocupado exatamente pelos trabalhadores. Então, temos que ter, prédio por prédio, os da União, Estado e Município, e buscar essas políticas – está aí a 6ª Conferência Nacional das Cidades - Função Social da Cidade e da Propriedade, mas a gente busca também na luta. Acho que temos que sair daqui com uma perspectiva de que Lanceiros Negros é um exemplo estratégico da luta atual pela moradia, mas da luta atual por uma outra Cidade, da luta atual por dignidade, da luta atual necessária de um povo, organizado, que busca seus direitos. Se não tem na lei, tem na marra! E eu digo isso com convicção porque esta gente não está respeitando a Constituição e o Estatuto da Cidade, que não foram feitos sem a participação popular. Por isso que ao lado dessa luta, por exemplo, hoje nós

estávamos em Brasília, lutando pelo SUS – eu não, mas nossos companheiros – e pelo SUAS. Por quê? Porque este Governo ilegítimo, golpista, etc... Primeiramente Fora Temer, não só ele, toda a sua catreia, porque é disso que se trata. Este Ministro da Saúde, a primeira coisa que disse é que tem que diminuir o SUS e que ir para os planos privados. Ele que chegue na nossa frente para dizer isso, que chegue até os Lanceiros Negros para dizer isso, porque eles querem o SUS, sabem por quê? Porque é gente como a dos Lanceiros Negros que construíram o SUS. Então, quem não respeita a Constituição, quem não respeita o Estatuto da Cidade, por dez anos engavetado no Congresso Nacional... O movimento popular, o movimento de luta pela moradia, o movimento sem-terra é que desengavetaram o processo para termos o Estatuto da Cidade que essa gente não está respeitando.

Assim, Elis, eu ouvi todos, tenho que fechar isso aqui, feliz de nós três estarmos aqui, porque saímos daqui empoderadas, as três Vereadoras, para garantir, na Câmara Municipal, esta relação que a Câmara, neste processo histórico em que estamos vivendo, está perdendo. E o movimento social aqui dentro é que pode nos ajudar a empoderar aqueles Vereadores e Vereadoras que, sem dúvida nenhuma, estarão neste processo, como, historicamente, estiveram em outros e continuarão estando. Então, a Câmara agradece à ocupação Lanceiros Negros, aos movimentos sociais, aos lutadores, homens e mulheres que, nesta noite, fizeram esta Câmara dar um salto de qualidade política na compreensão de uma Cidade que não pode mais continuar andando e perdendo um processo histórico que teve de ser referência na participação popular, com o Orçamento Participativo, sendo referência para o mundo, através do Fórum Social Mundial. Os Lanceiros estavam neste último Fórum e continuarão em tantos outros fóruns.

É como diz o Ezequiel, que brinca comigo, que eu continuo sempre... É brincadeira dele, ele é muito gentil. Mas, no coração e na mente, eu continuo a mesma mulher que entrou aqui há quase 40 anos, embora, na época, já eu já tivesse 40 anos. É que na juventude de vocês, das novas mulheres que são hoje as mães, é que a gente se revigora, não é Elis? Se não fosse esta luta, onde será que estaríamos? E tu sabes o que é isso, não é? Comunista está aí é para lutar até morrer se necessário for.

Muito obrigada. Vamos à luta. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.